

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

MAYRA SANTOS FONSECA

A CIDADE EM GÊNERO: Um estudo sobre o contexto urbano da violência contra mulher
em São Luís-MA

SÃO LUÍS
2020

MAYRA SANTOS FONSECA

A CIDADE EM GÊNERO: Um estudo sobre o contexto urbano da violência contra mulher
em São Luís-MA

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do
Maranhão como requisito para a obtenção do título de
bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dra. Rose-France
de Farias Panet.

SÃO LUÍS

2020

Fonseca, Mayra Santos

A CIDADE EM GÊNERO: Um estudo sobre o contexto urbano da violência contra mulher em São Luís-MA / Mayra Santos Fonseca. – São Luís, 2020.

88 f.

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2020.

Orientadora: Prof. Dra. Rose-France de Farias Panet.

1. Mulher. 2. Cidade. 3. Gênero.

I. Título.

CDU: 625.821.5

MAYRA SANTOS FONSECA

A CIDADE EM GÊNERO: Um estudo sobre o contexto urbano da violência contra mulher
em São Luís-MA

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do
Maranhão como requisito para a obtenção do título de
bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Rose-France de Farias Panet (Orientadora)
Universidade Estadual do Maranhão

Prof. Dra. Grete Soares Pflueger
Universidade Estadual do Maranhão

Guilherme Melo Gonçalves
Arquiteto e Urbanista

*Dedico este trabalho às mulheres
que vieram antes de mim, e que por elas,
hoje, tenho o direito ao estudo e a essa
graduação.*

AGRADECIMENTOS

Filha de classe média, com o privilégio do estudo mantido pela minha família, agradeço primeiramente àqueles que contribuíram diretamente para essa realização: Ao meu pai e a minha mãe, a quem amo. À tia Iraneide, a quem amo e admiro, por ter sido o meu maior exemplo sobre como o estudo seria o único caminho a uma tentativa de vida digna, sobretudo a de uma mulher livre.

Agradeço também a oportunidade de ter desfrutado de uma Universidade Pública e diversa, pois foi nela que me descobri mulher. Foi nesse contexto, em seus corredores, em suas aulas, sobretudo as de estudos sociais e urbano, que comecei a questionar os porquês do mundo. O primeiro deles foi o “por que nós mulheres erámos tantas no curso e tão pouco representadas nos grandes marcos da arquitetura ou premiações históricas?”.

A resposta veio através da iniciação científica, sob a orientação da professora Rose que, quase literalmente, pegou em minha mão e me levou por uma trajetória de dois anos em investigações cerceadas pelo gênero. Nos aprofundamos em estudos sobre o registro da história (*não contada*) de mulheres. Prosseguimos com a contextualização dos reflexos desse esquecimento atrelado à formação das cidades, e atualmente, finalizamos o ciclo com o presente trabalho. Agradeço a essa mulher, Rose-France de Farias Panet, professora, antropóloga e a quem considero minha inspiração pela força, compreensão e incentivos que me proporcionaram possibilidades incríveis através de nossos estudos juntas, sob sua orientação.

Agradeço também ao meu núcleo familiar paterno (Aninha, Paloma, Maria Luiza, Wilson Jr, Railda entre outros) e materno (minhas tias, meus primos e seus respectivos filhos) pela presença e apoio constante nesse tempo de controvérsias, descobrimentos e de muito autoconhecimento.

Agradeço às minhas amigas (Larissa, Isadora, Maria, Brena e Fernanda) que em quase 10 anos de amizade acolheram o meu crescimento enquanto pessoa. Agradeço também a minha querida amiga Larissa Nunes, pelo companheirismo e força durante esse trajeto que compartilhamos na vida acadêmica. Agradeço aos amigos que fiz e que hoje mantenho laços de carinho forte (Óton, meu baby, Julinha, eterna julamenda e Ana Célia, minha aninha).

Agradeço, por fim, a mim. Que mesmo dentro de todos os meus questionamentos existenciais, encontros e desencontros, mantive-me viva, presente e, sobretudo, pensante.

“Só fique atrás de um homem, se você estiver em um tiroteio.”

(Tati Quebra Barraco)

RESUMO

A presente investigação de natureza empírica e teórica compõe o trabalho de conclusão do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Estadual do Maranhão cujo o tema corresponde a “CIDADE EM GÊNERO: Um estudo sobre o contexto urbano da violência contra a mulher em São Luís, MA”. Nessa concepção, essa temática é concebida através da dimensão social do objetivo central urbano atual, a sustentabilidade, destacando a necessidade da percepção da cidade sobre o olhar historicamente esquecido: o da mulher. Através da compreensão histórica dos seus encargos socialmente impostos como categoria, consolidamos a base teórica de maneira interdisciplinar para entender seu passado, seu presente e seus reflexos na violência contra a mesma no meio citadino. Portanto, o propósito fundamental específico é enxergar o contexto urbanístico dos atos violentos relatados em espaços de uso coletivo na capital maranhense, concedendo-nos o efeito das dinâmicas espaciais de sua composição, para isso, a discussão se subdivide em 3 capítulos gerais. O primeiro deles é voltado para a coleta de dados realizada em conjunto à Delegacia da Mulher Brasileira (DEM) da Casa da Mulher Brasileira de São Luís (MA) que nos permitiu mapear em quantidade de casos relativos aos bairros da cidade no período proposto da análise, primeiro semestre de 2019. Em seguida, ressoaremos trabalhos existentes e importantes sobre a análise urbana por meio da perspectiva de gênero, à nível internacional e nacional. Para assim, realizarmos um estudo nosso e local sobre o bairro que detém o maior destaque nessa conjuntura de violência contra a mulher, permitindo-nos traçar, por último, caminhos possíveis para mudar essa realidade presente.

Palavras-Chave: Mulher. Cidade. Gênero.

ABSTRACT

This paper refers to a research of a theoretical and empirical nature, part of the undergraduate thesis of the Architecture and Urbanism course at the State University of Maranhão. The theme “CITY IN GENDER: A study of the urban context of violence against women in São Luís, MA” is conceived through the main social dimension of the current urban central objective, sustainability, highlighting the needs of the city's perception of the historically forgotten point of view: the women's view. Through the historical understanding of its socially imposed charges as a category, we consolidate the theoretical basis in an interdisciplinary way to comprehend its past, its present and consequently how this reflexes into violence against women in the city environment. The goal of this research is to see the urban context of the violent acts which were reported in spaces of collective use in the capital of Maranhão, granting us with the effect of spatial of its composition. For this reason, the discussion is subdivided in 3 general chapters. The first one is focused on data collection carried out jointly with the Brazilian Women's Police Station (DEM) of the Casa da Mulher Brasileira in São Luis (MA), which allowed us to map the number of cases reported to the city's neighborhoods during the proposed analysis period (first semester of 2019). Subsequently, we will resonate existing and important works on urban analysis through a gender perspective in an international and national level. To do so, we conducted this study of own on the neighborhood that has more prominence in this context of violence against women, allowing us to draw, finally, possible ways to change this current reality.

Keywords: Woman. City. Gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comparativo sobre horas dedicadas aos trabalhos domésticos entre os homens e as mulheres do Brasil, 2018.	14
Figura 2 – Releitura do Infográfico sobre “Mobilidade Urbana Sob a Perspectiva de Gênero”. GUTIÉRREZ, Blanca <i>et al.</i> (2016).	14
Figura 3 – Arte sobre os subtópicos introdutórios para a formulação da presente pesquisa. ...	16
Figura 4 – Releitura do Infográfico sobre “Violência contra a mulher em números, 2019” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.	21
Figura 5 – Infográfico sobre “Outros locais de violência contra a mulher”.....	23
Figura 6 – Mapa do Brasil e da Região Metropolitana de São Luís (MA), consecutivamente.	29
Figura 7 – Mapa com a localização da Delegacia Especial da Mulher.	31
Figura 8 – Imagem da Casa da Mulher Brasileira em São Luís, MA. 2020.....	32
Figura 9 – Infográfico acerca da divisão dos casos de violência contra a mulher coletados na Delegacia Especial da Mulher, 2020.	33
Figura 10 – Infográfico da coleta de dados realizada na Delegacia Especial da Mulher alocada na Casa da Mulher Brasileira de São Luís, MA em 2020.	34
Figura 11 – Mapa da frequência de Violência Contra a Mulher em Via Pública e/ou Espaços de Uso Coletivo em São Luís, MA (2019).....	35
Figura 12 – Localização do estudo de caso no mapa e o gráfico sobre a violência contra a mulher na Praia Grande em São Luís (MA), consecutivamente.....	38
Figura 13 – Imagens da oficina elaborada por Santos (2018).	39
Figura 14 – Entornos Habitáveis. E-book publicado pelo Coletivo PUNT 6 de GUTIÉRREZ, Blanca <i>et al.</i> (2016).	40
Figura 15 – Registro da dinâmica realizada pelo Coletivo PUNT 6 para discutir os resultados obtidos em Cali, Colombia, 2016.	42
Figura 16 – Linhas Estratégicas de Intervenção sob a perspectiva de gênero formulada pelo Coletivo PUNT6, 2016.	43
Figura 17 – Sala de Investigação do DINAMIA’CET.	45
Figura 18 – Visita ao Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG) em Lisboa, Portugal. Mayra Fonseca, Patrícia Pedrosa e Lia Antunes, da esquerda à direita.	46
Figura 19 – Traçado do bairro “Centro Histórico” de São Luís, MA.	47

Figura 20 – Reconhecimento da localização do bairro “Centro Histórico” de São Luís, Ma.	48
Figura 21 – Eixos de crescimento da capital maranhense (eixo norte-sul), partindo do bairro Centro.	48
Figura 22 – Identificação do uso do solo do Centro.	51
Figura 23 – Imagem aérea do Centro de São Luís do Maranhão.	52
Figura 24 – Mapa sobre a frequência de usos no Centro Histórico.	53
Figura 25 – Mapa sobre os locais para desenvolvimento de trabalhos reprodutivos no Centro Histórico.	54
Figura 26 – Identificação do uso do solo do Centro e Mapa axial do Centro identificando o grau de integração das vias, consecutivamente.	56
Figura 27 – Identificação dos polos de concentração de Transporte Público e ruas exclusivas ao pedestrianismo, consecutivamente.	57
Figura 28 – Qualidades de entornos habitáveis.	58
Figura 29 – Qualidades de entornos habitáveis.	59
Figura 30 – Recorte em rosa no bairro Centro, São Luís (MA), para estudar seu entorno.	60
Figura 31 – Entorno selecionado no Bairro Centro em São Luís, MA.	60
Figura 32 – Fotografias do quarteirão em análise do Centro Histórico de São Luís, MA.	61
Figura 33 – Fotografias do quarteirão em análise do Centro Histórico de São Luís, MA.	62
Figura 34 – Fotografias do quarteirão em análise do Centro Histórico de São Luís, MA.	63
Figura 35 – Fotografias do quarteirão em análise do Centro Histórico de São Luís, MA.	63
Figura 36 – Mapa com a localização da Delegacia Especial da Mulher na Casa da Mulher Brasileira (A) e a Delegacia Especial da Mulher na Beira-Mar (B).	64
Figura 37 – Mapa sobre as distâncias dos pontos focais estudados no contexto do bairro Centro. Distâncias desses pontos entre a Delegacia Especial da Mulher na Casa da Mulher Brasileira (A) e entre a Delegacia Especial da Mulher na Beira-Mar (B).	65

LISTA DE SIGLAS

ABSP	Anuário Brasileiro de Segurança Pública
CIEG	Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero
DEM	Delegacia Especial da Mulher
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações
FAPEMA	Fundação de amparo à pesquisa do Maranhão
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ODS	Objetivos de desenvolvimento sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
HABITAT	Programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos
UNODC	Nações Unidas sobre drogas e crimes
ZPH	Zona de Preservação Histórica

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 EU MULHER PESQUISADORA – Caminhos Metodológicos Aqui Percorridos	28
1.1 Onde e quando? (Escala urbana da análise e período proposto)	29
1.2 Coletando os Dados	30
1.3 Resultado da coleta de dados	34
2 URBANISMO DE GÊNERO – Conhecendo Estudos Urbanos Sob a Perspectiva da Mulher	37
2.1 A cartografia urbana sob a perspectiva de gênero: sua aplicação no bairro da Praia Grande em São Luís, Maranhão	37
2.1.1 O estudo de caso: Praia Grande em São Luís, Maranhão.....	38
2.1.2 Aplicação da Cartografia Social Urbana	39
2.2 “ENTORNOS HABITABLES”: Auditoria da Seguridade Urbana com Perspectiva de Gênero desenvolvida pelo Coletivo PUNT 6	40
2.2.1 Ferramentas participativas para analisar o contexto.....	41
2.2.2 Intervenção: Estratégias e atuações	42
2.3 CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DE GÊNERO	44
3 SÃO LUÍS EM GÊNERO - O Estudo de Caso No Bairro Centro	47
3.1 Ferramentas de estudo do contexto urbano da violência contra a mulher	49
3.1.1 Por que ali estou?.....	50
3.1.2 Como ali cheguei e como ali transitarei?.....	55
3.1.3 Como ali vivencio?.....	58
3.1.4 Como dali fugirei?.....	64
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70
ANEXO A	73
ANEXO B	85

INTRODUÇÃO

“*A cidade é uma memória organizada e, na história, as mulheres são esquecidas*”. Ana Falú, arquiteta e urbanista coordenadora ativa da UNI-HABITAT¹, iniciou a palestra cedida ao site da instituição que coordena fazendo referência ao pensamento da filósofa política Hannah Arendt². Por intermédio dessas palavras, assimilamos que a cidade, como *invenção humana*, reflete um conjunto de estruturas sociais ordenadas por seus constituintes, sendo a mulher o gênero ignorado.

A organização social refletida no urbano e endereçada por Hannah Arendt é denominada “Patriarcado”, uma palavra que traduz “dignidade ou jurisdição de patriarca” que por seguinte sugere “chefe da família”³, onde na figura do homem se centraliza o poder sobre a cidade, a vida pública, a história e os demais. Sobejando à mulher, o espaço privado, a impermanência e a não liberdade (LOPES *et al.*, 2016).

Dada a dinâmica exposta, entende-se que apesar de haver uma propensão legal dos Estados Ocidentais da atualidade em definir o homem e a mulher como cidadãos igualitários, há também uma persistência de um “código” dominante cultural e histórico que os distinguem enquanto atividades prestadas para o corpo social vigente. Dentre as inúmeras dimensões temáticas dessa conjuntura, destacamos aqui uma das primeiras a ser estudada pelas ciências sociais do século XX: a divisão sexual do trabalho.

Fruto sistemático, essa é a divisão que destina a mulher aos trabalhos reprodutivos, subservientes para a manutenção da sociedade como cuidado do lar, filhos entre outros, já ao homem cabe o desígnio quase que natural e exclusivo dos trabalhos produtivos, com valores excepcionais para a economia (CONNELL; PEARSE, 2015). Dessa maneira, Inés Madariaga (2002) afirma que os homens e mulheres se apoderam de maneira distinta da cidade por intermédio de suas necessidades, incluindo àquelas impostas através da leitura social do seu gênero. “*O que chamamos de lugares de trabalho*” Questiona Madariaga (2002). Para uma mulher do século XXI que exercita o seu direito ao mercado formal, mas é, no entanto, ainda responsabilizada pelo desenvolvimento de todas as atividades domésticas (habitação, escola, mercado, farmácia e etc.), todo lugar é lugar de trabalho (figura 1). Por isso, a autora pontua

¹ UNI-HABITAT (UNI GENDER RUB) é uma rede de pesquisadoras associadas a temática de gênero.

² Hannah Arendt foi uma filósofa política alemã com origens judaicas e que teve um importantíssimo trabalho desenvolvido através de publicações sobre políticas fascistas e autoritárias do seu tempo.

³ BUENO, Silveira. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. São Paulo: LISA – Livros Irradiantes S.A., 1998.

que qualquer atividade que demanda tempo, esforço e espaço na cidade, deve ser considerada como essencial para os seus planejadores (figura 2).

Figura 1 – Comparativo sobre horas dedicadas aos trabalhos domésticos entre os homens e as mulheres do Brasil, 2018.



Fonte: Arte feita pela autora (2020).

Figura 2 – Releitura do Infográfico sobre “Mobilidade Urbana Sob a Perspectiva de Gênero”. GUTIÉRREZ, Blanca *et al.* (2016).



Fonte: GUTIÉRREZ, Blanca *et al.* (2016). Arte feita pela autora (2020).

O urbanismo expansionista produzido no século XX é uma clássica exemplificação do esquecimento da mulher no contexto urbano utilizada pelos estudiosos (MADARIAGA, 2002; FALÚ, 2016; JACOBS, 2000). Como o termo “expansionista” pressupõe, as cidades da

época eram construídas com o uso massivo do território e um intenso crescimento, fundamentadas pela ideia de “desenvolvimento” e potencialização do processo de industrialização. Esse modelo (*des*)funcional de setorização urbana permeou a cultura espacial da distinção entre o trabalhar, circular e cultivar o corpo, padrão este experienciado até hoje (MADARIAGA, 2002).

Se nós, mulheres, ocupamos mais a cidade em detrimento do acúmulo de atividades que nos foram socialmente impostas, por que fomos esquecidas? De que forma esse esquecimento interfere em nossa *vida*?

A ausência de inclusão urbana para os ditos trabalhos reprodutivos - ordenados socialmente à mulher - não sugere o silêncio secular dessa categoria social. Pelo contrário, expõe a face excludente por trás da “História Formal”, onde questionamentos como o desse trabalho só foram possíveis através das inúmeras formas de resistir encontradas pelo gênero feminino, sobretudo a perspectiva da mulher diante da atividade urbana.

A temática “CIDADE EM GÊNERO: Um estudo sobre o contexto urbano da violência contra a mulher em São Luís-MA” é baseado em um conglomerado de experiências pessoais no contexto acadêmico e urbano vivenciados por mim, a autora da presente pesquisa. A primeira delas é retratada, logicamente, por ser uma mulher na cidade de São Luís, capital do Maranhão, onde apenas no bimestre março-abril de 2020, já possui um aumento de 133% de feminicídios ocorridos em contrapartida ao mesmo período do ano passado, 2019 (CRISPIM, 2020). Uma cidade que, segundo o urbanista Fred Burnett:

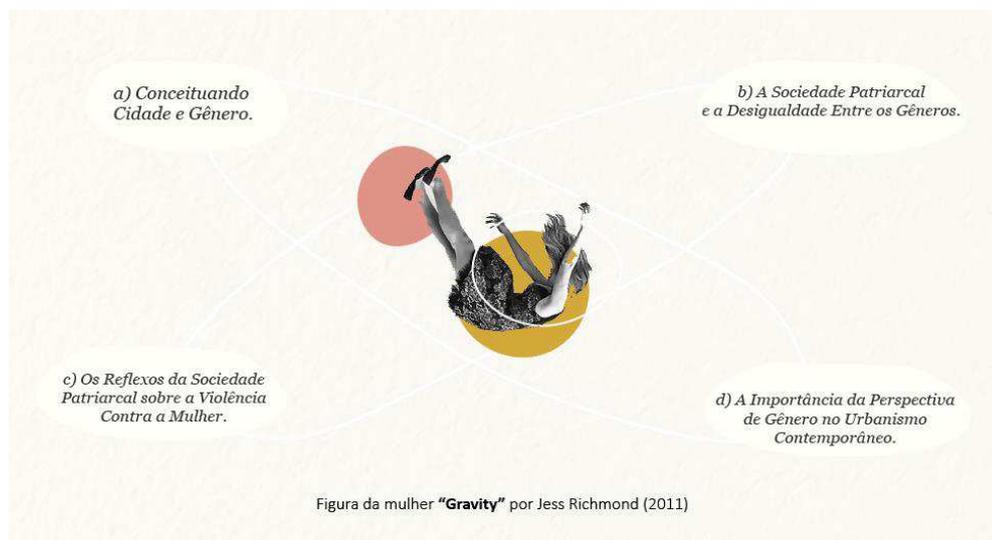
[...] Já chega a seu primeiro milhão de habitantes, com dezenas de núcleos habitacionais e vários polos comerciais consolidados que poderiam ser, além de locais para dormir e ganhar dinheiro, espaços agradáveis para circular, estimulantes para produzir, gratificantes para apreciar. Ao invés disto, temos um traçado urbano além Rio Anil calcado em fortes interesses fundiários, que esgarçaram a cidade em todas as direções, enchendo-a de vazios atravessados por avenidas com extensões rodoviárias, ligando longínquos, conjuntos habitacionais. Uma estrutura, enfim, cara a disforme (BURNETT, 2011, p. 33).

Uma vez Kandinsky (2015, p. 27) disse com brilhantismo que “toda obra de arte é filha do seu tempo e, muitas vezes, mãe dos nossos próprios sentimentos”, ora, a cidade também é filha de seu tempo, e muitas vezes, coordena nossos próprios sentimentos, sejam eles de medo, liberdade e/ou ansiedade diante das estruturas de poderes que se solidificam através de seu desenho.

Outro ponto consolidador para a escolha da temática, para além de fatores técnicos que serão apresentados por seguinte, foi a experiência obtida por mim através do Estágio Internacional desenvolvido junto ao Instituto Universitário de Lisboa através do acolhimento no DINAMIA’CET e o Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG). Programa este financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA) em desenvolvimento conjunto a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Essa vivência permitiu o conhecimento de novos estudos e metodologias aplicadas em núcleos de pesquisas focados em maneiras de analisar a cidade de acordo com a visão sociológica de gênero sob a orientação da arquiteta urbanista Teresa Madeira da Silva⁴ em Lisboa/Portugal e da doutora antropóloga Rose-France de Farias Panet, em São Luís/Brasil.

Dessa maneira, o diálogo “CIDADE EM GÊNERO” começa a partir do entendimento de sua própria sentença para assim compreender a profundidade da desigualdade que resguarda. Concordamos que devido à complexidade da questão e, principalmente, seu caráter interseccional, seria necessário conceituar temas adjuntos através de subtópicos introdutórios. Por meio desses, esperamos que os leitores consigam engajar e notar o caminho teórico de fundamentação do estudo, bem como a trajetória de investigação feita pela presente autora (figura 3). Posteriormente especificaremos o direcionamento central e os capítulos que trabalharão o mesmo.

Figura 3 – Arte sobre os subtópicos introdutórios para a formulação da presente pesquisa.



Fonte: Figura Jess Richmond (2011). Arte feita autora (2020).

⁴ **Teresa Madeira da Silva** é professora associada do departamento de Arquitetura e Urbanismo do ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa, investigadora integrada do CRIA-IUL, investigadora associada no DINÂMIA’CET-IUL.

a) Conceituando Cidade e Gênero

Por definição de Bueno (1998), autor do dicionário Nova Língua Portuguesa, a palavra “cidade” designa uma “povoação de categoria superior à de vila” que pode se apresentar em diferentes escalas. Benévolo (2015) complementa que as urbes como uma *intervenção humana* possuem o maior número de modificações profundas executadas pelo indivíduo sobre a natureza. Correspondendo, assim, a um local aparelhado, diferenciado e privilegiado, bem como o centro das transformações sociais de maior abrangência civilizatória.

Já o vocábulo “Gênero” parece provocar desconformidade entre os estudiosos, e até não-especialistas, da sociedade de uma forma geral. Em sua definição gramatical, essa palavra é usada para designar a reunião de espécies que possuem características comuns entre si (BUENO, 1998).

Na sua interpretação sociológica, desta vez baseada no ideário filosófico Butler (2013), *gênero* seria mais uma forma de estar no mundo, uma espécie de dimensão cultural construída ao longo do tempo e não determinada pelo sexo biológico. Ou seja, nascer fêmea não necessariamente faz uma mulher. A célebre frase de Beauvoir (1967, p. 9), alvo do uso frequente pelo feminismo contemporâneo, reafirma esse pensamento que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Entende-se, dessa forma, que o construir do gênero de um indivíduo envolve práticas sociais e formas de interpretar o mundo através dele, sobressaindo-se nesse estudo os seus significados e papeis a serem desempenhados no núcleo social que é a cidade.

b) A Sociedade Patriarcal e a Desigualdade Entre os Gêneros

Falú (2016) pontua que o problema central ao se falar de planejamento urbano sob a perspectiva de gênero está na ausência de representatividade da mulher nas tomadas de decisões, sejam elas relacionadas à cidade, à moradia ou ao planejamento. Logo, uma sociedade concebida em desigualdade de poder entre os gêneros por essência cultiva cidades em constante dificuldade no que tange a colocação da mulher “*o gênero esquecido*” em seu contexto.

Se a arte é um reflexo da cultura, e a arte não aparenta a cultura, e a arte é contada apenas através de trabalhos de homens brancos, então isso é basicamente o que é: é a história do patriarcado, não a história de quem somos (GUERRILHA GIRLS, 1985)

Ao trocarmos as palavras “arte” por “cidade” na mensagem do grupo político Guerrilha Girls (1985)⁵ é possível compreender que o modelo referencial utilizado na atividade urbana atual, diga-se urbanismo, é baseada na historicidade construída majoritariamente por homens e para homens, incluindo o próprio exercício profissional urbanista que até o século XX era exclusivo aos mesmos (LOPES, 2016).

Planejadores e projetistas são, em sua maioria, homens. Estranhamente, eles criam projetos e planos que desconsideram os homens como integrantes da vida diária e normal de onde quer que haja moradias. Ao planejar a vida residencial, o objetivo deles é satisfazer as pretensas necessidades cotidianas de donas de casa ociosas e criancinhas em idade pré-escolar. Resumindo, eles fazem projetos estritamente para sociedades patriarcais. O ideal do matriarcado está inevitavelmente presente em todo planejamento urbano em que as residências estejam isoladas dos outros aspectos da vida (JACOBS, 2000, p. 65).

Como essa organização social chamada *Patriarcado* foi concebida? Assim como a cidade, a sociedade também é uma invenção humana. A gênese de todas as outras, vale ressaltar. Conforme Amorim e Torres (2012), a convivência social, que antecede a própria existência do núcleo urbano, nasce da necessidade de coabitação entre os seres machos e fêmeas, fundamentados pela finalidade de sobrevivência e reprodução. Sendo assim, os diferentes sistemas de convívio entre os mesmos são frutos de sua própria criação (NARVAZ; KOLLER, 2006).

Apesar de nem sempre ter sido assim, historicamente a mulher como parte integrante do corpo social teve seu papel atrelado constantemente à submissão e à coexistência masculina, sendo a mesma coibida à domesticidade e à privação dos seus direitos como cidadã por um longo período da trajetória humana.

Uma vez conhecida a participação do homem na reprodução e, mais tarde, estabelecida a propriedade privada, as relações passaram a ser predominantemente monogâmicas, a fim de garantir herança aos filhos legítimos. O corpo e a sexualidade das mulheres passaram a ser controlados, instituindo-se então a família monogâmica, a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres. Instaura-se, assim, o patriarcado, uma nova ordem social centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 50).

⁵ **Guerrilla Girls** (1985) é um grupo de artistas feministas anônimas cujo objetivo é combater o sexismo e o machismo no mundo da arte.

A produção do próprio alimento por parte da espécie humana, a propriedade privada e a função reprodutora que cabe à fêmea, tornou-a suscetível à subversão masculina através desse “mito fundador” onde na figura do homem se tem o chefe genuíno da família, da propriedade e conseqüentemente da vida urbana.

Chauí (2001, p. 6) reflete através deste termo “mito fundador” que “[...] A fundação é um momento passado imaginário, tido como o instante originário que se mantém vivo e presente no curso do tempo, isto é... quase eterno”. Endereçando o conformismo e o caráter normativo da coletividade humana no que tange sua organização, onde seus constituintes acreditam em verdades absolutas e perenes *até que elas mudem*.

É imprescindível ressaltar que nesse modelo de sociedade, nascer com o sexo biológico fêmea, por exemplo, fazia de um ser humano até meados do século XX necessariamente uma mulher diante das instituições formais. Sem espaço para discussões, espectros ou algum lugar intermediário. Dessa maneira, o indivíduo a partir do seu nascimento era, e ainda é sujeito a desempenhar durante o curso da sua vida funções específicas na sociedade que o cerca. Adequando-se não somente ao seu estado orgânico, como também à leitura social sobre sua cor, classe e entre outras categorias.

Cabe destacar que o patriarcado não designa o poder do pai, mas o poder dos homens, ou do masculino, enquanto categoria social. O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (MILLET, 1970; SCOTT, 1995 *apud* NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 50).

c) Os Reflexos da Sociedade Patriarcal sobre a Violência Contra a Mulher

Violência. Ato de violentar. Usar a força contra alguém. Agressão⁶. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o termo violência em seu contexto geral se subdivide em 3 categorias de aplicabilidade: a violência auto infligida (quando o autor violenta a si mesmo); a violência interpessoal (em âmbito intrafamiliar ou doméstico, entre conhecidos ou

⁶ BUENO, Silveira. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. São Paulo: LISA – Livros Irradiantes S.A., 1998.

desconhecidos) e a violência coletiva (acontece nas esferas macrossociais, políticas e econômicas, “dominação de grupos e do estado”) (BRASIL, 2008).

Dentre as suas inúmeras naturezas, seja ela psicológica ou patrimonial, de abandono ou negligência, a maior expressividade da violência em dados é aquela que resulta em morte. Presente desde a gênese da sociabilidade humana, a manifestação desse fenômeno deve ser analisada diante de sua perspectiva social, política e econômica através da compreensão universal dos direitos humanos. Dessa forma, busca-se a sua desnaturalização cotidiana, histórica e cultural (BRASIL, 2008).

Em 2016, a jornalista Margarita Rodriguez publicou um artigo na *BBC News* sobre como os homens eram responsáveis por 95% dos assassinatos no mundo, dialogando sobre seus porquês. Os dados exibidos pela autora são fruto de um estudo sobre homicídios realizado pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) em 2014. De acordo com o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), a evolução criminal de todo o mundo em 2016 demonstra que os homens são também as vítimas de cerca de 80% dos homicídios listados no dado momento. Eles morrem mais, mas também matam mais, constatamos a partir da associação dessas pesquisas. Algumas das explicações de especialistas perpassam pelos estudos biológicos e sociológicos, endossados pelos papéis de gênero, diálogos abertos na tentativa de reverter o problema (RODRIGUEZ, 2016).

A violação do direito à vida ou a integridade, seja ela física ou mental, quando acontece contra a figura do homem geralmente é caracterizada por se dar na esfera pública do espaço urbano e por ter como autoria pessoas desconhecidas. Em contrapartida, quando buscamos dados a respeito da violência contra a mulher, diante desse contexto apresentado, encontramos os seguintes pontos: i) em suma, os atos de violência acontecem na esfera privada do espaço urbano, em suas habitações. ii) o autor do crime, em grande maioria, são pessoas conhecidas da vítima como parceiros, pais e/ou tios. iii) alguns desses crimes não são notificados pelas vítimas às autoridades competentes.

Considerando os elementos circunstanciais, constata-se que apesar de nós, mulheres possuímos uma maior longevidade (aproximadamente 7 anos a mais que o homem, média de vida em 79,9 anos) (IBGE, 2018) e/ou sermos menos propensas a sofrer com a violência de um modo geral, quando a violência acontece, acontece contra nosso corpo e está estatisticamente mais predisposta a ter como autoria homens que conhecemos.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública⁷ é, em escala nacional, um dos meios que o Governo Brasileiro tem de estudar, analisar e publicar dados referentes a segurança do País. A publicação referente ao ano de 2019 é montada em consequência a coleta de dados no ano de 2018 (figura 4). A partir dessa, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) propõe a construção de um repositório de informações para analisar as soluções presentes e futuras sobre cada debate levantado.

Figura 4 – Releitura do Infográfico sobre “Violência contra a mulher em números, 2019” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019). Arte adaptada e produzida pela autora (2020).

A violência contra a mulher é classificada no texto como o **grupo 3**: representando cerca de 6-8% das mortes violentas intencionais no Brasil nos últimos anos.

O assassinato de qualquer ser humano é igualmente grave, mas os homicídios no Brasil são muito desigualmente distribuídos. Os números deste Anuário demonstram desigualdade na vitimização de grupos etários, de classe, raça e gênero nos padrões já conhecidos historicamente (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p. 30).

Se a cidade não é neutra, tampouco as dificuldades cerceadas pelo gênero. A publicação fala sobre o caráter heterogêneo da própria discussão violência contra a mulher. Em

⁷ Publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) no Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2019 (ABSP), Brasil, 2019.

dados relativos apresentados, a mulher negra foi o alvo de 61% das mortes documentadas no ano de 2018 por violência de gênero, onde cerca de 70% das vítimas gerais tinham apenas o ensino fundamental completo. Assim podemos perceber também a classe e a cor da mulher que frequentemente é alvo da desigualdade resguardada pela sociedade (ABSP, 2019).

No Brasil, os esforços em combate à violência contra a mulher quase sempre estão diretamente conexos a sua face legislativa, com ações punitivas do Estado para com o indivíduo que comete tal delito. A literatura “Violência contra a mulher: Aspectos formais da lei n. 11.340/06 e sua efetividade” de autoria de Maria Gorete Tavares (2011) é sublime ao pontuar a historicidade da asseguaração legal dos direitos individuais da mulher brasileira diante a sua sociedade patriarcal, incluindo a debate histórico sobre o Código Civil – Art. 233 de 1916 sobre o reconhecimento legal do marido como chefe da sociedade conjugal e o Código Civil – Art. 246 sobre o exercício profissional lucrativo por parte de uma mulher casada.

A Convenção de Viena (1993), de acordo com a autora, foi de grande impacto para pressionar as Nações a reconhecerem o problema da desigualdade, seus reflexos e, em consequência a isso, a ampla necessidade legislações e ações efetivas para combater tal defasagem.

Em linhas gerais, o Brasil traz desde a sua Constituição de 1988 o Art. 5º como o consolidador da ideia de que todos são iguais perante a Lei. Sem distinção, esses têm direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988). No entanto, apesar dessa demonstração de idoneidade feita pela Lei máxima do Estado, a extensão desses direitos na prática não se apresenta como uma realidade para um grande número de pessoas.

Consciente disso, com a disseminação de estudos sociológicos, tentativas legais passadas e o levantar popular por medidas específicas sobre a violência contra a mulher, foi promulgada em 2006 a Lei 11.340/06 conhecida como A Lei Maria da Penha. Vista com positividade pelos profissionais da área, a lei inovou ao estabelecer medidas protetivas com urgência, concessão de abrigo e alimentação às vítimas e o aumento da pena do crime de lesão corporal, elevando-a a categoria de violação de direitos humanos (TAVARES, 2011).

A violência contra a mulher não acontece apenas no âmbito habitacional e familiar. Em outras palavras, a mulher e seu corpo estão também a uma variada gama de violência (assédio verbal, ato obsceno, assédio sexual, estupro) em espaços de socialização, trabalho, mobilidade entre outros (figura 5). Logo, a face legislativa do problema não deve ser o único meio de coibir atos de natureza tão própria.

Figura 5 – Infográfico sobre “Outros locais de violência contra a mulher”.



Fonte: Dados coletados pelo Instituto YouGov/ActionAid (2016) e Instituto Patrícia Galvão/Locomotiva (2019). Arte adaptada e produzida pela autora (2020).

Todavia, conforme a figura acima e o que foi supradito:

O Brasil não tem a prática de documentar, monitorar e avaliar as políticas setoriais, o que poderia contribuir para estimular o que deu certo, evitar o que deu errado e tornar sustentáveis no tempo as reduções nos indicadores criminais. Vamos atuando pelo improviso e pelo grito daqueles que se pretendem valentes. Os ganhos obtidos são abduzidos pelo populismo eleitoral, sem nenhuma base de realidade (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2019, p. 12).

d) A Importância da Perspectiva de Gênero no Urbanismo Contemporâneo

O pensar urbano nunca se fez tão necessário. De acordo com os relatórios apresentados pela Organização das Nações Unidas (ONU), atualmente 55% da população mundial vive em centros urbanos, e a tendência demonstra que em 2050 esse valor pode vir a atingir um total de 68%⁸. No Brasil, onde os números se mantêm proporcionais ao crescimento

⁸ Relatório da Organização das Nações Unidas divulgado em 2016. Disponível em: <https://population.un.org/wup/>. Acesso: em 10 de nov. 2020.

mundial, a grande maioria das pessoas já são parte integrante do corpo social cidade e dependem da organização funcional desse espaço para (sobre)viver⁹.

Tradicionalmente, quando a sociedade enfrenta uma grande mudança nas bases institucionais que a constitui, recorrentemente nas transmutações econômicas, a espacialidade é a primeira a sentir os impactos. Nos dados descritos acima e de acordo com a professora Inés Madariaga (2002) pode-se perceber que um dos principais desafios do urbanismo contemporâneo é o controle do crescimento urbano disperso.

O incremento populacional desse meio quando acontece de maneira desordenada e rápida, segundo Madariaga (2002), ocasiona diretamente o aumento do consumo dos recursos naturais já escassos (petróleo, reservas de água, vegetação), a intensificação da poluição, a necessidade de infraestruturas básicas (abastecimento de água e esgoto), além da responsabilidade em promover a qualidade de vida. Tudo em uma velocidade insustentável diante do panorama político, econômico e social da atualidade.

Os especialistas compreendem que o dado momento experienciado pelas cidades não se resume a problemas, e sim a oportunidades, dessa forma, o objetivo central do urbanismo contemporâneo é retratado pelo termo “sustentabilidade”. O diálogo sobre o desenvolvimento sustentável exprime justamente o equilíbrio entre a eficiência econômica, equidade social, conservação e proteção do meio ambiente, onde, ainda de acordo com Madariaga (2002, p.9), esse seria o espaço e tempo para tentar “reequilibrar as tendências imbuídas no processo de crescimento urbano”, no qual o fator econômico predominaria em favor da justiça social e ambiental.

O ressoar dessa adversidade foi um dos pontos centrais do diálogo promovido no ano de 2015 entre mais de 150 líderes mundiais presentes na sede da ONU em Nova York, em que os mesmos adotaram oficialmente a Nova Agenda para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo diretrizes e metas endereçadas ao ano 2030¹⁰.

Formadas por um quantitativo de 17 objetivos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sustentam o diálogo que antecede sua própria existência. Abordam temas como pobreza, fome, vida saudável, empoderamento de mulheres e meninas, gestão sustentável, desigualdade e entre outros. Irrefletidamente, pode-se perceber um denominador comum nessa discussão: o espaço.

⁹ Brasil. Dados coletados na Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD), 2015. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres>. Acesso em: 20 de jun. 2020.

¹⁰ Plataforma Agenda 2030. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/sobre/>. Acesso em: 20 de nov. 2020.

Todos os pontos listados acima configuram o espaço como cenário e fator atuante sobre as causas, efeitos ou consequências dos mesmos. Partindo desse princípio, a ONU criou uma repartição voltada para a melhoria do futuro urbano, chamada de Programa das Nações Unidas para Assentamentos Urbanos (A ONU-HABITAT). Fundado em 1978, o programa tem a finalidade de colaborar com governantes mundiais e parcerias locais promovendo, dessa forma, a união entre o Programa das Nações Unidas e Universidades do mundo inteiro, na tentativa de aproximar o diálogo acadêmica da realidade de ações e resoluções de problemas.

Dentre os centros temáticos pesquisados pela ONU-HABITAT, nomeiam-se 8: Urbanismo informal, mudança climática, regeneração urbana, cidades mais seguras, acessibilidade urbana, governança urbana, gênero e forma urbana. A catalogação desses assuntos cerceia os preceitos para uma sociedade sustentável, na qual está inserido o trio eficiência, equidade e meio ambiente¹¹.

A perspectiva de gênero sobre a problemática urbana se apresenta como aliada aos objetivos traçados para atingir o desenvolvimento sustentável. A tríade descrita acima contempla primordialmente a representatividade do diverso e o empoderamento de seus indivíduos, sobretudo àqueles que historicamente foram excluídos das tomadas de decisões, como a categoria sociológica das mulheres. O urbanismo sob a óptica da mulher demonstra ser a dimensão social necessária.

Por último, aparenta ser evidente a correlação direta entre o modelo de sociedade almejado e a representatividade do gênero feminino, visto que a replicação desses moldes de cidade expansionista existentes diante do incremento populacional urbano em ocorrência mundial, potencializaria as dificuldades já enfrentadas pelo gênero feminino, sendo capaz de aumentar zonas de conflitos, à vista disso, a violência contra a mesma.

Apresentação da Monografia

Privada ou pública, a violência acontece no espaço. A espacialidade do ato violento perpassa pela atividade urbanística ou a ausência dessa, de forma que a composição desse ambiente envolta interfere no medo, na ação do ato violento ou nos passos seguintes da vítima em relação ao mesmo (*o que em termo policial é nomeado como “rota crítica” – o caminho percorrido por uma mulher ao buscar meios legais de ajuda diante da violência sofrida. O*

¹¹ Informações retiradas do site ONU-HABITAT, ou em inglês, UN-HABITAT. Disponível em: <https://unhabitat.org/>. Acesso em: 20 de set. 2020.

termo foi dito pela delegada Kazumi¹² da Delegacia Especial da Mulher em São Luís, MA, nossa aliada no compartilhamento de informações úteis para a temática).

É sobre essa base que Jane Jacobs (2000) em “Morte e Vida das Grandes Cidades” sinaliza que a vigilância não vem somente de instituições policiais. Para ela ser efetiva sob a ótica de segurança nos centros urbanos, precisamos igualar em importância as ruas movimentadas, transportes adequados, a logística autossuficiente dos bairros que habilitam seus habitantes a caminhar, a passear e a permanecer, sobretudo em estruturar a rede de apoio aos trabalhos desenvolvidos em grande parte pelas mulheres.

Nesse sentido, há inúmeros olhares que nos permitem aprofundar discussões urbanísticas voltadas à desigualdade expressa no conceber a cidade e até mesmo vivenciá-la. Para a “CIDADE EM GÊNERO: Um estudo sobre o contexto urbano da violência contra a mulher em São Luís-MA”, destacamos a necessidade sobre o olhar que abrange quase 50% da população mundial¹³ e pouco mais de 51% da população brasileira¹⁴: o olhar da mulher.

Com os elementos trabalhados acima, esclarecemos pontos consolidadores para a importância do enxergar a temática de gênero como um conteúdo *transdisciplinar* e que de maneira repetitiva ressaltamos: não deve se restringir a apenas uma conjuntura, sobretudo a punitiva e posterior a ação. Reforçamos a busca por aquilo que os pesquisadores do Fórum Brasileiro de Segurança Pública julgam ser “efeito de dinâmicas da cena criminal e/ou de variáveis socioeconômicas, demográficas e espaciais” como forma de prevenir os atos violentos e os seus reflexos, para além do sentimento de medo que habita nas mulheres brasileiras, restringindo seu ocupar a cidade (ABSP, 2019, p. 12).

Objetivamos, assim, centralizar a discussão na compreensão do espaço urbano da cidade de São Luís sob o olhar da mulher com foco no bairro de maior incidência de violência contra a mesma, nos considerados espaços de uso coletivo (praças, ruas, transporte público, instituições e até mesmo centros comerciais).

Analisaremos também, dessa vez especificadamente, aspectos urbanísticos vistos positivos e/ou negativos acerca da segurança da mulher ludovicense, para assim propormos caminhos possíveis enquanto promoção do bem-estar, segurança e empoderamento do gênero

¹² A delegada **Kazumi Tamaki** é uma aliada no combate à violência contra a mulher e da presente pesquisa.

¹³ ONU – Organização das Nações Unidas. Relatório da Organização das Nações Unidas, 2010. Disponível em: <https://population.un.org/wpp/Download/Standard/Population/>. Acesso em: 20 de set. de 2020.

¹⁴ PNAD - **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínuas. Quantidade de homens e mulheres.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2019. Disponível em <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres>. Acesso em: 20 de set. de 2020.

“esquecido” dentro do seu espaço *de direito*. A dimensão cultural do dito desenvolvimento “sustentável”.

Em vista aos apontamentos supraditos, a investigação se expõe em 3 tópicos gerais em formato de capítulos. O primeiro desses, **“EU MULHER PESQUISADORA – Caminhos Metodológicos Aqui Percorridos”** se propõe a contar as direções tomadas pelo estudo, bem como a da presente pesquisadora, clarificando escolhas teóricas e observações da ordenação metodológica.

Em continuidade, sabendo da condição novel acadêmica da relação entre urbanismo e o ser mulher, o seguinte capítulo se põe a consolidar **“URBANISMO DE GÊNERO – Conhecendo Estudos Urbanos Sob a Perspectiva da Mulher”** já aplicados em centros e instituições da área. À nível nacional e internacional, também parte dos sessenta por cento, exploramos formatos investigativos já implementados que possam vir a contribuir para a formulação do nosso próprio plano.

E no terceiro capítulo, **“SÃO LUÍS EM GÊNERO – O Estudo de Caso No Bairro Centro”**, traremos a aplicação dessas ferramentas escolhidas perante o bairro que mais se apresenta no contexto evidente da violência de gênero na esfera pública. Abordaremos, nesse sentido, brevemente sobre a historicidade que resguarda sua formação, para posteriormente nos aprofundarmos sobre o estudo urbanístico do bairro.

Por último, formularemos considerações a respeito dos pontos obtidos, reassegurando parâmetros socialmente conscientes a condição da mulher brasileira diante da construção e planejamento de centros urbanos, sejam eles novos ou já existentes.

1 EU MULHER PESQUISADORA – Caminhos Metodológicos Aqui Percorridos

A construção dessa investigação focada em compor uma análise de natureza urbana, tornou-a suscetível aos diálogos teóricos e empíricos abertos pelo raciocínio da filósofa política Hannah Arendt, onde a cidade é uma memória organizada e dentro de sua história, as mulheres são esquecidas. A conceituação prévia de temáticas adjacentes ao conteúdo geral de “gênero” nos permitiu trabalhar seu olhar gramatical (BUENO, 1998), sociológico (BUTLER, 2013; CONNELL; PEARSE, 2015) e relacionado ao contexto urbano (FALÚ; 2016; MADARIAGA, 2002; LOPES *et al.*, 2016).

O “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” expresso por Beauvoir (1967) se solidificou como premissa base acerca da dimensão cultural e dos encargos sociais ordenados ao gênero feminino, estando esses presentes até a atualidade. Nos subtópicos da introdução, apresentamos a origem e reflexos da estruturação social chamada Patriarcado ante os direitos básicos e universais assegurados na trajetória humana pela categoria feminina.

Em 4 tópicos i) conceituamos as palavras gênero e cidade de Bueno (1998) e Benevolo (2015); ii) entendemos sobre a sociedade patriarcal e a desigualdade entre os gêneros por Amorim e Torres (2012), Narvaz e Koller (2006) e Chauí (2001), iii) apontamos o caráter nocivo da dentro da condição patriarcal de dominação “natural” do masculino sobre o feminino em face aos dados e estatísticas de violência contra a mulher do Ministério da Saúde (2009); Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) dentre outros; iv) e visualizamos a perspectiva de gênero no urbanismo como temática global diante dos objetivos sustentáveis promulgados pela ONU e seus órgãos axiais.

Quanto a pretensão e o dever social, enquanto mulher, pesquisadora e feminista, em vista a disseminação de estudos de gênero e urbanos, essa trajetória investigativa perpassou pela elucidação de análises realizadas em conjuntura nacional, com a transposição da Cartografia Social do geógrafo Alfredo Wagner (1990) para a óptica de gênero por Teresa Santos (2018), e, internacional, a partir da auditoria de seguridade feminina realizada pelo coletivo catalão feminista e urbanístico de PUNT 6 (2016), bem como o contato direto com instituições portuguesas como o Instituto Universitário de Lisboa – DINAMIA’CET e o CIEG por meio da realização do Estágio Internacional promovido pelo Governo do Estado do Maranhão através da FAPEMA (Edital nº 15/2018).

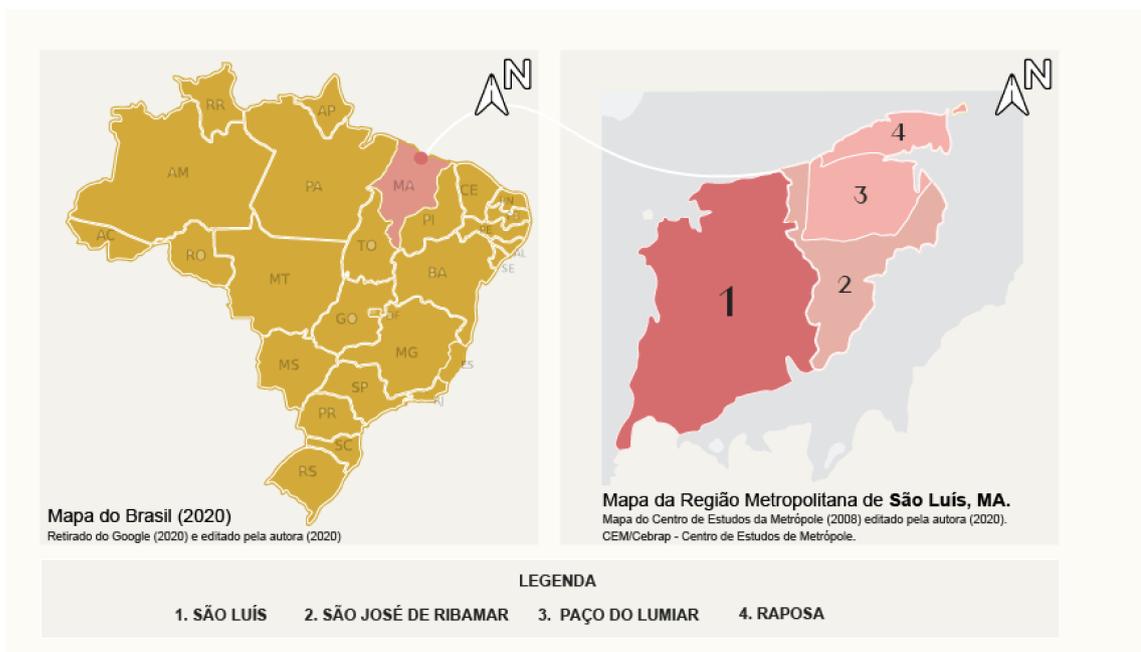
A partir da bagagem teórica aqui apresentada, notou-se as seguintes inevitabilidades investigativas metodológicas: a) a delimitação de uma escala urbanística dentro da capital

maranhense, b) a definição de um recorte temporal a ser tratado, c) e a seleção de uma fonte direta para os dados locais sobre os casos de violência.

1.1 Onde e quando? (Escala urbana da análise e período proposto)

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020), a área territorial de São Luís, capital do Estado do Maranhão, é de 582.974km² com uma população estimada em pouco mais de 1 milhão de habitantes. A sua região metropolitana (figura 6 – à direita), com quem divide a ilha, é representada pelos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa. A relação entre essas cidades e a capital transitam entre trabalho, moradia e serviços.

Figura 6 – Mapa do Brasil e da Região Metropolitana de São Luís (MA), consecutivamente.



Fonte: Google (2020); Mapa do centro de estudos da metrôpole (2008).
Arte adaptada e produzida pela autora (2020).

Consciente disso, e dos 210 bairros ilustrados pelo mapa de arruamentos e bairros da cidade de São Luís (INCID, 2010)¹⁵, a corrente dissertação optou por selecionar apenas esse centro urbano correspondente ao número (1) da figura acima. Já sobre a escala urbanística, pensamos em uma que permitisse a visualização da frequência municipal da violência contra a

¹⁵ Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural, 2010.

mulher em espaços de uso coletivo e em vias públicas, bem como elementos urbanos do seu contexto. Tal expressividade dos dados coletados foi selecionada na categoria de bairros.

Sobre o recorte temporal, o mundo atualmente (ano de 2020) encara uma pandemia a nível global, onde o isolamento social compulsório é considerado a medida de proteção mais eficaz contra o Sars-CoV-2, conhecido como Corona Vírus ou COVID-19. Infelizmente, tal providência também é responsável pelo aumento do tempo de interação entre a mulher em situação de violência doméstica e o seu agressor. Por consequência, as taxas de denúncias ao 180 (Central de Atendimento à Mulher) no Brasil no ano de 2020 aumentaram consideravelmente em contraposição a redução da rede de apoio a mesma, bem como sua presença em vias públicas (BRASIL, 2020).

Embora exista a noção que a consideração desses dados seja significativa e importante, o período selecionado para a coleta das informações aqui propostas corresponde ao primeiro semestre do ano de 2019, já que em termos de estatísticas e condições sociais, esse intervalo proposto nos concede uma visão próxima à “normalidade” enquanto utilização dos espaços públicos e de equipamentos urbanos (elementos também essenciais para o estudo), para além de possibilitar um estudo mais detalhado.

1.2 Coletando os Dados

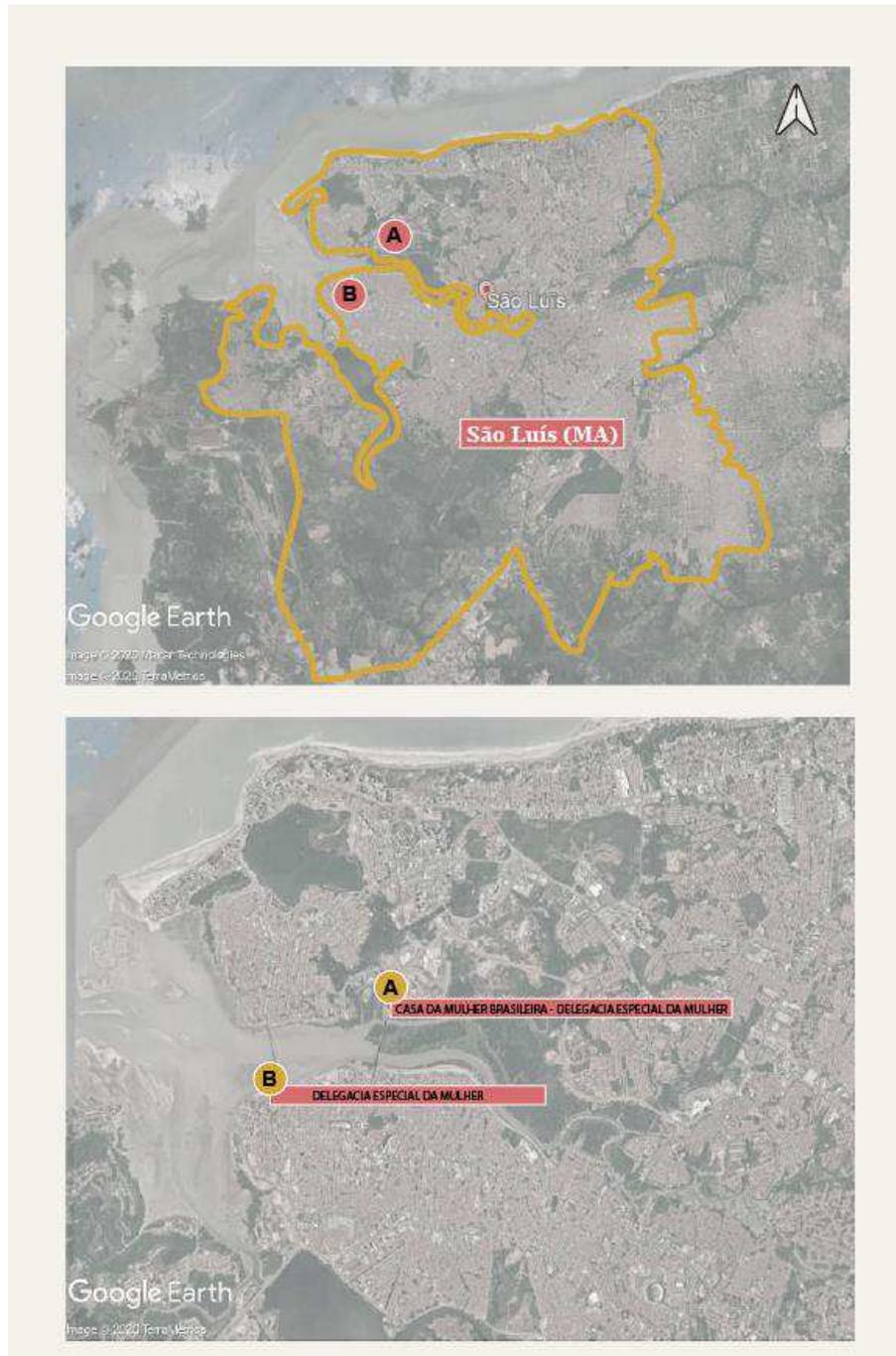
Uma das principais referências de trabalhos sob a perspectiva de gênero se dá pela conscientização acerca da narrativa de mulheres em consideração ao quadro de mudanças requeridas na contemporaneidade. A voz dessa categoria social sofreu e ainda sofre com o silenciamento coercitivo das organizações sociais e de seus constituintes, sobretudo homens. Sabendo disso, e dos reflexos da epidemia mundial enfrentada, elegemos o que acreditamos ser a junção entre a narrativa de mulheres em situação de violência com as instituições cabíveis nesse contexto de isolamento: dados obtidos por meio de boletins de ocorrência.

Atualmente, a cidade ludovicense possui duas Delegacias Especial da Mulher (DEM), aqui contamos com o auxílio da DEM alocada na Av. Prof. Carlos Cunha, bairro Jaracaty (Letra A da figura 7 abaixo), dentro do Centro de apoio denominado “A Casa da Mulher Brasileira” em São Luís, Maranhão.

Em geral, a Instituição “Casa da Mulher Brasileira” foi uma realização durante do Governo Dilma no ano de 2015. Um ano após ser eleita a primeira mulher presidenta do Brasil. Essa decisão veio como uma tentativa do Estado em diminuir as mazelas existentes de

desigualdade brasileira socioespacial e econômica, convergindo em uma única localidade a Delegacia Especial da Mulher (primeiro passo, denúncia) e sua rede de apoio (como alojamentos, cartório, promotoria e etc...).

Figura 7 – Mapa com a localização da Delegacia Especial da Mulher.



Fonte: Mapas retirados do Google Earth (2020). Arte adaptada e produzida pela autora (2020)
Legenda: (A) Casa da Mulher Brasileira; (B) Delegacia Especial da Mulher na Beira-Mar.

Vale ressaltar que antes da existência desses Centros, para uma mulher realizar uma ocorrência policial em virtude da violência sofrida, ela teria que buscar a Delegacia mais próxima de sua localidade (podendo muitas vezes ser consideravelmente longe de sua habitação) para relatar o abuso, e só posteriormente seguir a órgãos como cartório, juizado entre outros.

Essa brecha de tempo e deslocamento no perímetro urbano foi considerada como um empecilho para mulheres de contexto econômico mais vulnerável que não podiam arcar nem com os custos de transporte, as faltas em horários de trabalho, tampouco os trâmites necessários. Dessa maneira, a Casa da Mulher Brasileira (figura 8) é endereçada como um ganho social importantíssimo no combate à violência contra a mulher e na consideração da atividade urbana nessa luta.

Figura 8 – Imagem da Casa da Mulher Brasileira em São Luís, MA. 2020.



Fonte: Foto pela autora (2020).

Já sobre a coleta de dados, a mesma passou por uma triagem de informações para que pudéssemos compor um panorama mais fidedigno ao objetivo secundário do estudo de apurar os bairros com maior incidência de violência contra o gênero feminino em espaços de uso coletivo.

Dentro das informações solicitadas, recebemos o quantitativo geral:

- 1) Do número de boletins com data de acontecimentos entre os dias 01/01/2019 e 30/06/2019 (1º semestre);
- 2) Dos bairros das ocorrências;
- 3) Da tipificação do crime.

Foram cerca de 1.113 registros contabilizados apenas pela DEM da Casa da Mulher Brasileira em São Luís (MA) no período da dada análise. Alguns fatores da base informacional cedida, percorreram por uma exclusão seguindo as questões abaixo:

- 1) A ocorrência do fato deveria seguir o recorte de perímetro urbano, ou seja, ter ocorrido dentro dos bairros da cidade de São Luís. Já que em feriados, a DEM da Casa da Mulher Brasileira assume a responsabilidade de receber as diversas denúncias de toda a Ilha, logo, também das cidades vizinhas.
- 2) Subdividimos os dados recebidos em duas tabelas com toda a listagens dos bairros (ANEXO A). Uma voltada para os fatos em residência e outra voltada para os fatos em em vias públicas e espaços de uso. Assim conseguiremos focar os aspectos urbanos nesse estudo no contexto de violência em desse último (figura 9).

Figura 9 – Infográfico acerca da divisão dos casos de violência contra a mulher coletados na Delegacia Especial da Mulher, 2020.



Fonte: Arte feita pela autora (2020).

- 3) Como forma legal de resguardar a identidade das vítimas e possíveis autores, bem como os trâmites legais dos processos, obviamente não tivemos acesso direto às ocorrências, portanto foram excluídos automaticamente dados referentes aos boletins que não

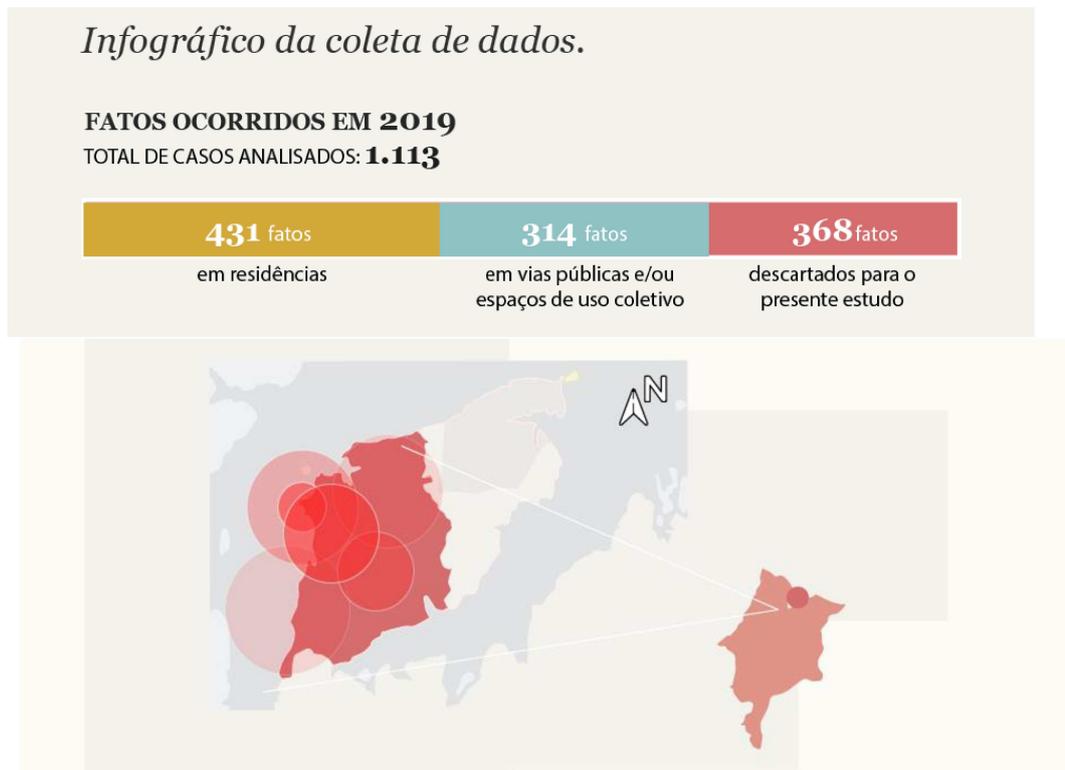
possuíam o tópico “bairro” preenchido pelo responsável no momento de reportar a denúncia.

- 4) Sobre a tipificação do crime. É comum que em Delegacias, mesmo nas especializadas, a população venha a recorrer às suas instalações para fazer boletins de ocorrências referentes a perda de documentos e crimes que não estão diretamente ligados às problemáticas de gênero, por isso fizemos uma tabela dos principais fatos presentes (ANEXO B).

1.3 Resultado da coleta de dados

O resultado dessa coleta nos apresentou que das 1.113 ocorrências, onde apenas 745 se qualificaram para o estudo. 431 foi o somatório de fatos em residências e 314 em vias públicas e/ou espaços de uso coletivo (figura 10) abaixo.

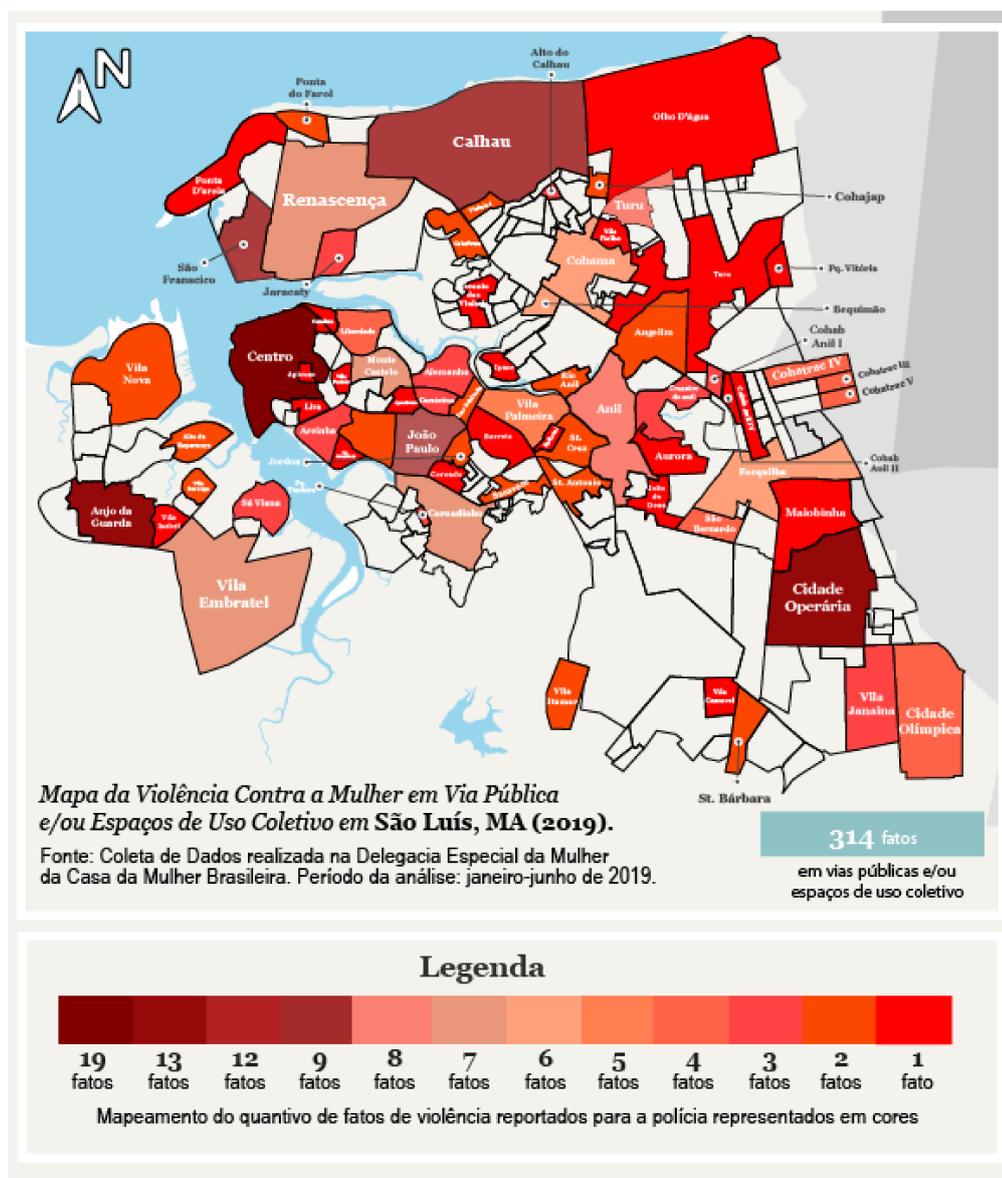
Figura 10 – Infográfico da coleta de dados realizada na Delegacia Especial da Mulher alocada na Casa da Mulher Brasileira de São Luís, MA em 2020.



Fonte: Arte feita pela autora (2020).

O mapa utilizado para efetuarmos a frequência dos fatos na escala proposta, já supradita, é baseado “Mapa de Arruamento e Bairros de São Luís” feito pelo Instituto da Cidade (INCID, 2010) e disponibilizada no site da prefeitura da cidade. O mesmo obtém marcações e a enumeração dos bairros. No entanto, para clarificar melhor a visualização das ocorrências em vias públicas e/ou espaços de uso coletivo, trabalharemos com manchas e destaque dos bairros que se apresentaram em evidência enquanto número de violência, assim como exemplificamos acima.

Figura 11 – Mapa da frequência de Violência Contra a Mulher em Via Pública e/ou Espaços de Uso Coletivo em São Luís, MA (2019).



Fonte: Delegacia Especial da Mulher da casa da Mulher Brasileira. Jan-Jun de (2019). Arte adaptada e criada pela autora (2020)

Como demarcado acima, o bairro que se apresentou com maior frequência de fatos reportados à Delegacia Especial da Mulher alocada na Casa da Mulher Brasileira em São Luís (MA) foi o **Centro**, com um total de 19 fatos. Seguido dele, temos a Cidade Operária e o Anjo da Guarda com o quantitativo de 13 fatos, o São Francisco e Calhau com um quantitativo de 12 fatos e em quarto lugar, o João Paulo com 9 casos, por último, em quinto lugar, Turu e Anil com 8 casos.

A primeira observação interessante a ser feita, é a percepção do quantitativo de casos relacionados ao tamanho de seus traçados. Alguns bairros, como o bairro do Calhau, obtiveram o mesmo reporte de casos de violência que o bairro do São Francisco visualmente quase metade do seu tamanho, talvez pelo tamanho dos lotes e a seu quantitativo demográfico. Outro fator a ser evidenciado, é que nem todos os bairros inclusos nos boletins policiais (ANEXO A) também estavam inclusos no mapeamento feito pelo Instituto da Cidade datado de 2010, ou seja, em 10 anos São Luís (MA) “ganhou” em termos urbanos novas ocupações e bairros, portanto esse mapeamento da INCID (2010) obviamente não corresponde mais a realidade urbana presente.

No último capítulo, “**SÃO LUÍS EM GÊNERO - O Estudo de Caso No Bairro Centro**”, faremos um panorama geral sobre a historicidade resguardada no bairro “Centro” da cidade de São Luís (MA) e suas características atuais, bem como o estudo do contexto urbano da violência contra a mulher que perpassa e permanece em tal localidade com o destrinchar de seus perímetros como um todo e um recorte em específico.

2 URBANISMO DE GÊNERO – Conhecendo Estudos Urbanos Sob a Perspectiva da Mulher

2.1 A cartografia urbana sob a perspectiva de gênero: sua aplicação no bairro da Praia Grande em São Luís, Maranhão

A Cartografia Urbana é um método de investigação territorial derivado da Cartografia Social. Essa última, de acordo com Santos (2018) procede da “ciência dos mapas” tradicional e é utilizada para esquematizar uma realidade social que condicionem localidades em resoluções de conflitos territoriais. “Portanto, compreende-se a cartografia social como um instrumento que denuncia a opressão sofrida por um determinado grupo, buscando compreender sua identidade territorial e sociocultural” (SANTOS, 2018, p.18).

Esse procedimento de análise foi empregado pelo professor Alfredo Wagner em 1990 com a finalidade de dimensionar mapas que considerassem o uso coletivo sobre os territórios da Amazônia Legal. Essa investigação social contribuiu para demonstrar a importância dessa localidade diante da subsistência da população local, uma conjuntura que ultrapassava as limitações geográficas (SANTOS, 2018).

Este território teve seu uso e sua dinâmica ameaçados pelo Instituto Nacional de Colonização (INCRA), que pretendia criar assentamentos rurais na área, mediante uma visão capitalista, individualista e fragmentada. Foi então que o Professor Alfredo Wagner, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), viu a necessidade de implementar o processo metodológico dos mapas participativos nas comunidades, com o intuito de demonstrar que estas terras não estavam restritas e subordinadas à limites geográficos, e sim, ao uso coletivo e diversificado das mesmas (SANTOS, 2018, p. 18-19).

A mobilização da comunidade no seu destino territorial se tornou referência nacional e internacional por “dar voz” aos indivíduos que ali habitam. Esse formato representativo obteve replicações em outras zonas do país como o Estado do Maranhão na Região Ecológica do Babaçu.

Tal representatividade inerente à Cartografia Social, como já previamente mencionada, capta e preserva a identidade coletiva de determinado grupo, podendo ter aplicações multidisciplinar no que tange valores como pertencimento, medo e sensação de segurança. Centrada nessa ideia, Santos (2018) executou um estudo voltado para a investigação

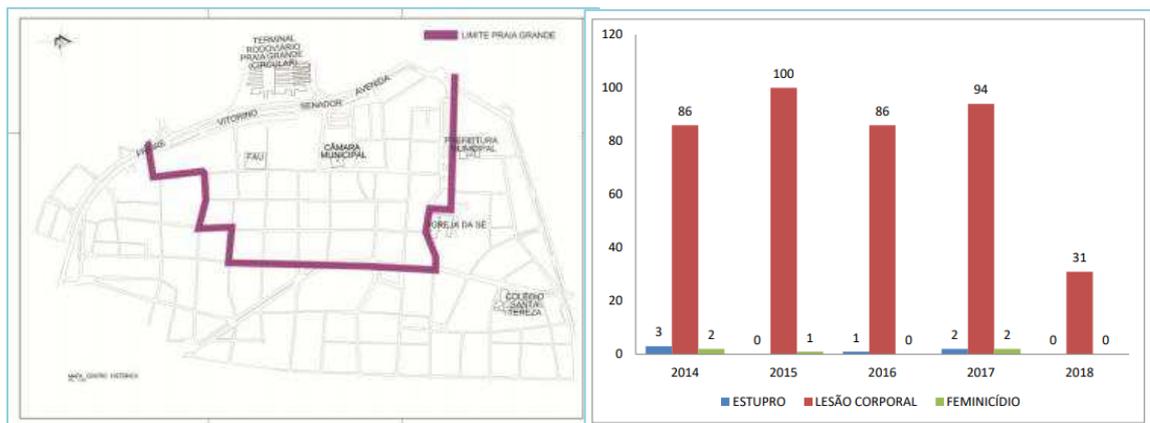
do espaço sob a perspectiva de gênero, chamada Cartografia Social Urbana, ou melhor, Cartografia Urbana.

2.1.1 O estudo de caso: Praia Grande em São Luís, Maranhão

Parte integrante da zona de preservação histórica, o estudo de caso feito por Santos (2018) é o trecho conhecido como Praia Grande, alocado no Centro Histórico de São Luís, Maranhão. Esse espaço é célebre por sua Arquitetura de origem portuguesa e por ser o marco fundacional da cidade.

A sua historicidade é vivenciada pelos habitantes e turistas através de usos como bares, restaurantes, instituições e monumentos. Nessa conjuntura, esse trecho foi selecionado por Santos (2018) por estar próximo de grandes pontos atrativos desse núcleo urbano ali presente e por apresentar também dados relevantes ao desenvolvimento da investigação.

Figura 12 – Localização do estudo de caso no mapa e o gráfico sobre a violência contra a mulher na Praia Grande em São Luís (MA), consecutivamente.



Fonte: SANTOS (2018).

Nessa imagem, pode-se visualizar que entre os anos de 2014 a 2018 ocorreram um total de 397 casos de violência contra a mulher, onde a lesão corporal se configura como o valor de maior incidência nesse período.

2.1.2 Aplicação da Cartografia Social Urbana

Para a construção participativa dos mapas, Santos (2018, p. 41) elaborou uma oficina voltada para as jovens integrantes do curso de Arquitetura e Urbanismo no qual “buscava-se obter uma perspectiva das mulheres sobre o espaço público da Praia Grande, no que tange a sensação de insegurança, iluminação, usos e estado das edificações, equipamentos urbanos, manutenção das vias, fluxo de pessoas, entre outros.”.

A produção começou com o direcionamento das jovens para traçarem os percursos que costumam fazer a pé ou de carro, locais com pouca iluminação, polos atrativos, onde a autora deixou a linguagem gráfica completamente livre para as contribuintes.

Figura 13 – Imagens da oficina elaborada por Santos (2018).



Fonte: SANTOS (2018).

Em face das ilustrações obtidas, a autora percebeu que as mulheres com maiores percursos a pé tinham uma noção espacial melhor dos polos atrativos do que àquelas que utilizavam o carro como transporte. Universidades, Órgãos Públicos e comércios acarretam um fluxo contínuo de indivíduos, consequentemente “olhos na rua”, mas em horários específicos.

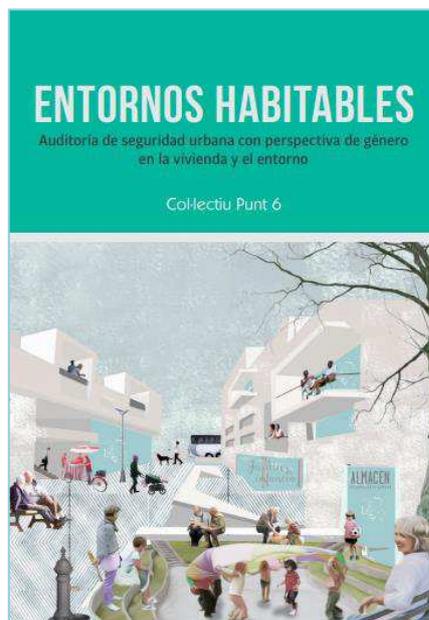
Os espaços com maior permeabilidade foram elencados como essenciais para a segurança urbana da mulher, vide que edificações no entorno com portas e janelas voltadas para a rua geram a sensação de estarem sendo vistas e ouvidas. Outro aspecto considerado na análise foi o acúmulo de lixo em terrenos baldios por serem ambientes assépticos e apresentarem a impressão diária de ausência de segurança.

Em virtude do que foi apresentado, a arquiteta e urbanista Teresa Santos reforça a importância do papel do urbanismo enquanto promotor da segurança pública, principalmente para transeuntes mulheres, onde propostas de planejamento cidadão sustentável viabilizariam a melhoria desse contexto.

2.2 “ENTORNOS HABITABLES”: Auditoria da Segurança Urbana com Perspectiva de Gênero desenvolvida pelo Coletivo PUNT 6

Trabalhando para repensar os espaços, o Coletivo PUNT6 configura 10 anos de experiência nos estudos relacionados ao gênero, sobretudo o urbanismo. O livro digital (figura 14) que leva o mesmo nome desse subcapítulo “ENTORNOS HABITABLES” compartilha a metodologia utilizada pela cooperativa feminina e feminista nos projetos pensados na Espanha e aplicados em Cali, na Colômbia com autoria de Valdivia e colaboradores (2016).

Figura 14 – Entornos Habitáveis. E-book publicado pelo Coletivo PUNT 6 de GUTIÉRREZ, Blanca *et al.* (2016).



Fonte: GUTIÉRREZ, Blanca *et al.* (2016).

Assim como a Cartografia Social Urbana, essa Auditoria conta com a representatividade e participação feminina como o princípio da ação, no qual o diálogo com mulheres que vivenciam o espaço se torna um ponto crucial na definição das localidades críticas diante do sentir (medo e insegurança), assim como o delinear de espaços imprescindíveis para o desenvolvimento de suas atividades diárias. Aproximando, dessa forma, a realidade urbana de determinadas localidades do conceito de sustentabilidade.

A experiência é fracionada em 3 segmentos. O primeiro é voltado para a contextualização do tema mulher e o urbano, de suma importância para a justificação do conteúdo proposto na conjuntura política e social do mundo, e os outros dois endereçados a metodologia e a aplicação da mesma, respectivamente. Fundamentado pelo conhecimento disso, a presente abordagem se centra na discussão do diagnóstico da área estudada e as intervenções em linhas estratégicas.

Para a realização das intervenções, as arquitetas responsáveis conceberam toda uma estrutura lógica de análise territorial baseada em pesquisas já existentes do tema, retomando os diálogos conduzidos desde meados de 1950 a 2002 por nomes como Ana Falú, Inés Madariaga e Jane Jacobs.

2.2.1 Ferramentas participativas para analisar o contexto

Como o título pressupõe, a participação ativa dos indivíduos que habitam e utilizam o espaço é um princípio aplicado pelo coletivo. Para isso, as arquitetas retomam formas de identificar os “agentes implicados”, que nada mais é do que a formação de uma auditoria com pessoas diversas (idades e etnia) para garantir que os dados coletados contemplem os diferentes grupos presentes no espaço. Exercício direto da diversidade incumbida à sustentabilidade.

A segunda parte desse processo é a criação de dinâmicas que permitam os profissionais identificarem os usos em distintos horários através da própria percepção da comunidade. Incentivar a participação direta com notas, fotografias e desenhos sobre os percursos feitos e locais experienciados. O terceiro momento é voltado para as perguntas, ou seja, o arquiteto executor do projeto vai de observador participativo para agente questionador (figura 15).

Retoma em perguntas simples coisas como: As mulheres evitam a localidade em alguns horários? Qual a percepção individual de segurança?

Figura 15 – Registro da dinâmica realizada pelo Coletivo PUNT 6 para discutir os resultados obtidos em Cali, Colombia, 2016.



Fonte: GUTIÉRREZ, Blanca *et al.* (2016).

Depois da contribuição dada por todos, foi recomendado que as mesmas pessoas que dispuseram de suas histórias sentem em conjunto e discutam as mesmas. Encontrem similaridades, abordem os conceitos. O resultado é exposto no local da discussão através de fotografias, pinturas e afins, reforçando o engajamento comunitário acerca do assunto.

2.2.2 Intervenção: Estratégias e atuações

A partir do informe de resultados, a coordenação das intervenções listou as seguintes linhas estratégicas sobre o entorno: Sinalizado, visível, vital, vigiado, equipado e comunitário (figura 16). Exemplificando através de situações comuns formas de produzir um espaço mais sustentável, conseqüentemente seguro. Verificou-se que dessa maneira há uma facilidade conjunta na identificação da situação e atuação proposta.

Figura 16 – Linhas Estratégicas de Intervenção sob a perspectiva de gênero formulada pelo Coletivo PUNT6, 2016.



Fonte: GUTIÉRREZ, Blanca *et al.* (2016).

a) Linha Estratégica 1: Entorno Sinalizado

Considerando as dificuldades da execução de múltiplas atividades diárias, a mulher e qualquer outro indivíduo urbano necessitam saber onde está e para onde está indo. Dentro dessa linha estratégica, lista-se objetivos específicos como orientar e favorecer a legibilidade dos usos cotidianos através de sinalizações não sexistas e diversas.

b) Linha Estratégica 2: Entorno Visível

O coletivo pontua ser importante no panorama urbano se ter a capacidade de ser visto no espaço. A visibilização perpassa também pela simbologia da representatividade, logo, através dessa linha estratégica se objetiva visibilizar também a situação social das mulheres. O conhecimento de suas histórias.

c) Linha Estratégica 3: Entorno Vital

No sentido de vitalidade, é preciso que o espaço urbano tenha uma frequência saudável de pessoas, “olhos na rua”. Esse objetivo pode vir a ser atingido com planos

estratégicos voltados para a mescla de usos, da densidade urbana e a proximidade para pontos de encontro como parques.

d) Linha Estratégica 4: Entorno Vigiado

Além do policiamento, a sensação de ser visto e ouvido é de suma importância para inibir atos de violência. Para isso, o coletivo propõe que o desenho da arquitetura e espaços seja voltado para o vínculo visual, coibindo espaços assépticos e completamente murados.

e) Linha Estratégica 5: Entorno Equipado

Como previamente abordado, o gênero feminino é ainda o responsável por grande parte do desenvolvimento de atividades reprodutivas, contudo, é claro que felizmente há uma reverberação dos direitos igualitários que projeta aos homens a divisão mais justa desse trabalho. Visando o benefício de todos, sobretudo o da mulher, a proposição de entornos equipados garante a diversidade de tipologias e assegura os equipamentos e serviços necessários para o desenrolar da vida urbana.

f) Linha Estratégica 6: Entornos Comunitários

A representatividade é o principal preceito para uma sociedade mais justa, a atuação coletiva para um urbanismo mais democrático é apontada pelo coletivo como incontestável na consolidação do espaço. Cita-se, portanto, a necessidade de potencializar redes sociais existentes e a apropriação comunitária dos espaços. Assegurar uma frente comunitária com a perspectiva de gênero interseccional, obtendo assim os inúmeros olhares e demandas sobre o território.

2.3 CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DE GÊNERO

O Estágio Internacional referente ao Edital nº0 15/2018 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Maranhão (FAPEMA) realizado nos meses de setembro, outubro e novembro de 2019, permitiu o conhecimento e contato direto com duas instituições distintas e importantíssimas para o desenvolvimento do presente trabalho. O Instituto Universitário de

Lisboa por meio do acolhimento no DINAMIA'CET (figura 17) e o Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG) para uma visitação.

No primeiro deles, foram disponibilizados livros, equipamentos e espaço para a investigação sobre Urbanismo sob a perspectiva de gênero, bem como a supervisão e orientação direta com a Professora Doutora Teresa Madeira da Silva no que tange os estudos urbanos e as inúmeras formas de analisar o seu contexto.

Figura 17 – Sala de Investigação do DINAMIA'CET.



Fonte: Autoral (2019).

Já o Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG) se mostrou uma comunicação enriquecedora no compartilhar de conhecimentos e prospecções futuras para a temática. Através da visitação oferecida e apresentada pela Professora Doutora Patrícia Santos Pedrosa, membro fundadora e presidente da Associação Mulheres na Arquitetura de Portugal, obteve-se a compreensão da abordagem multidisciplinar do gênero, especialmente no urbanismo.

Fundado em 2012, o Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero integra o Instituto de Ciências Políticas e Social da Universidade de Lisboa, com profissionais membros de diversas universidades portuguesas e algumas estrangeiras. A criação do mesmo teve por

objetivo o “dar início à conversa” acadêmica sobre o tema, consolidando, dessa forma, a internacionalização dos estudos executados em Portugal (figura 18).

Atualmente, conta-se com 3 linhas investigatórias de abordagem: 1) Gênero, feminismos e estudos sobre as mulheres. 2) Políticas, Instituições e cidadanias. 3) Gênero e construção das Sociedades Contemporâneas.

Além de workshops, seminários e dinâmicas que engajem os profissionais da área a buscarem a perspectiva de gênero em seus respectivos campos de pesquisa, o CIEG tem pretensões de criar mais uma linha de pesquisa voltada apenas para o urbanismo, com a professora Patrícia Pedrosa à frente. Quando questionados sobre a abordagem de gênero dentro das Universidades portuguesas, a realidade ainda se mostra próxima à brasileira: Cabe à competência metodológica de cada professor.

No mesmo ano de desenvolvimento do presente estágio, 2019, houve uma tentativa por parte da professora Patrícia diante da realização de uma disciplina optativa na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, mas a mesma não foi aceita por critérios administrativos. A dimensão de gênero sobre a espacialidade é política e ainda causa certo receio das Instituições ao admiti-las, ressaltou a professora.

Figura 18 – Visita ao Centro Interdisciplinar de Estudos de Gênero (CIEG) em Lisboa, Portugal. Mayra Fonseca, Patrícia Pedrosa e Lia Antunes, da esquerda à direita.



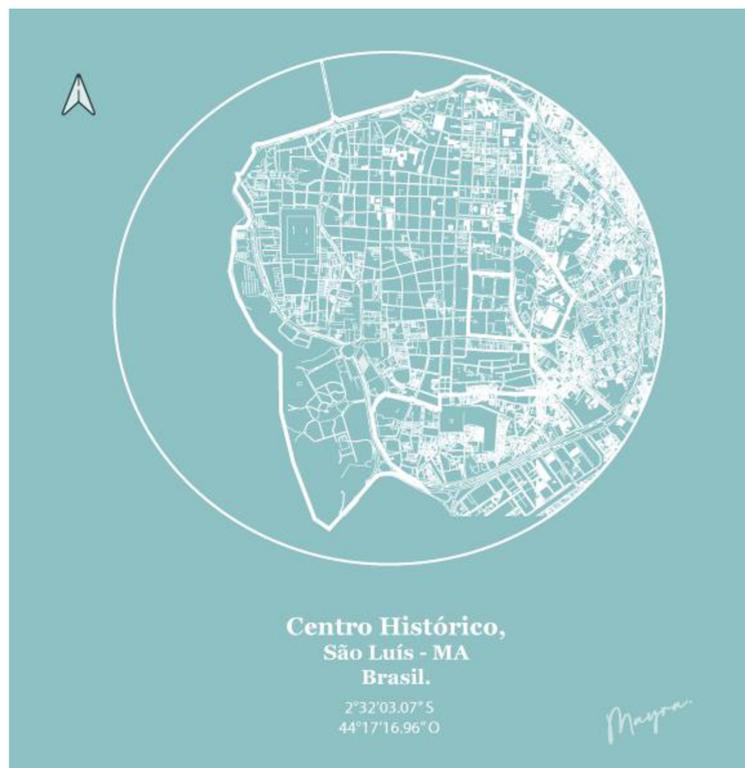
Fonte: Autoral (2019).

3 SÃO LUÍS EM GÊNERO - O Estudo de Caso No Bairro Centro

Grande parte das abordagens teóricas que visam contextualizar a historicidade por trás da construção da cidade de São Luís (MA) em seus 408 anos de existência, perpassam pelas seguintes afirmativas factuais: Fundada por franceses, invadida por holandeses e colonizada por portugueses. Diante desses conflitos, o urbanismo produzido no séc. XVII, início do seu núcleo urbano, foi considerado uma ferramenta crucial para a permanência estratégica portuguesa em solo brasileiro. Na figura do Engenheiro-Mor Francisco Frias de Mesquita, em meados de 1616, concebeu-se o arruamento renascentista como morfologia urbana aplicada à cidade ludovicense, intentando a partir dele o crescimento da cidade (LACROIX, 2012).

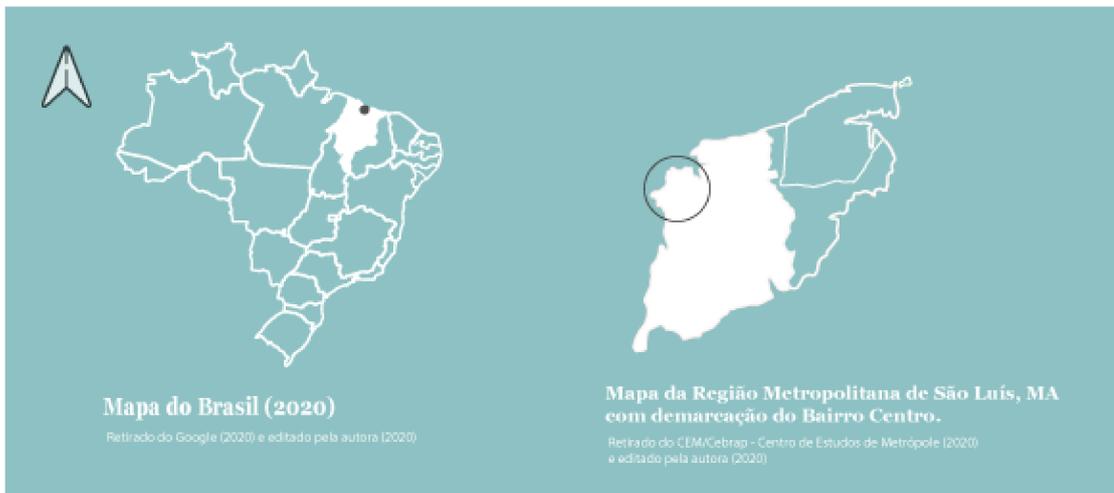
Como exposto na **figura 11** do primeiro capítulo dessa discussão, **“EU MULHER PESQUISADORA – Caminhos Metodológicos Aqui Percorridos”** bem como o título desse capítulo, o bairro que se apresentou com uma maior frequência de reportes oficiais durante o primeiro semestre de 2019 (cerca de 19 boletins de ocorrência) acerca da violência contra a mulher em vias públicas e espaços de uso coletivo é o denominado “Centro”. O mesmo local que, nas palavras da autora Lourdes Lacroix (2012) em seu livro “São Luís do Maranhão – Corpo e Alma”, seria considerada a gênese da cidade (figura 19 e 20).

Figura 19 – Traçado do bairro “Centro Histórico” de São Luís, MA.



Fonte: Informações de coordenadas retiradas do Google Earth (2020). Arte feita pela autora (2020).

Figura 20 – Reconhecimento da localização do bairro “Centro Histórico” de São Luís, Ma.

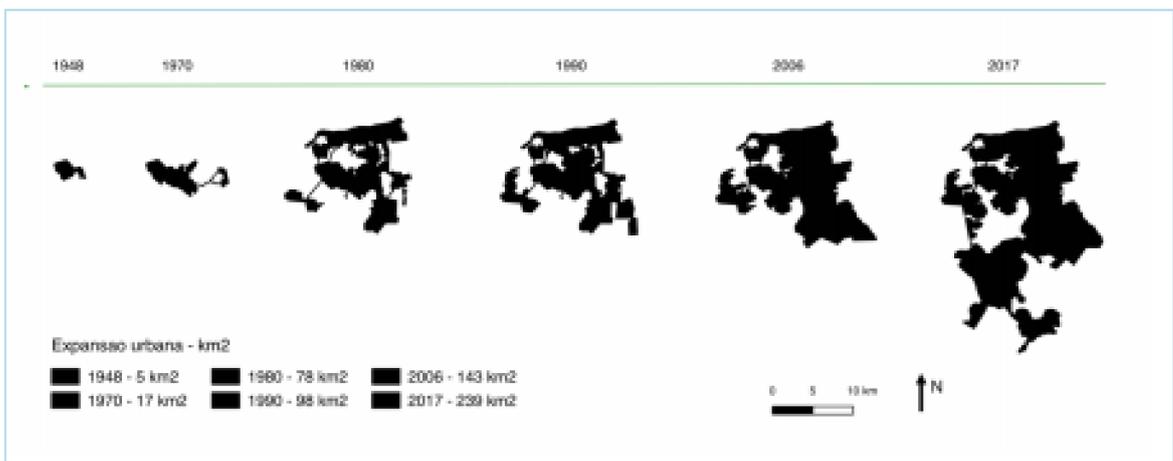


Fonte: Arte feita pela autora (2020)

Com seu desenho originário privilegiando a simetria e a ordenação lógica de seus espaços públicos, tal bairro concentrou a vida urbana da capital maranhense entre os séculos XVII ao XIX, sofrendo na metade do século seguinte com o intenso crescimento demográfico da cidade e por consequência disso, mudanças em suas dinâmicas usuais (BARROS, 2019).

Logo, assim como em outros polos citadinos brasileiros, São Luís (MA) se sucedeu aos ideais e políticas urbanas expansionistas que se solidificaram em seu território (figura 21) através da ampliação do sistema viário e a implantação de conjuntos habitacionais em outras localidades da ilha (LOPES *et al.*, 2008).

Figura 21 – Eixos de crescimento da capital maranhense (eixo norte-sul), partindo do bairro Centro.



Fonte: BARROS (2019). Coletado em 2020.

Intentando a objetividade do presente estudo de trabalhar o contexto urbano atual da violência contra a mulher em São Luís, abordaremos aspectos mais recentes sobre a localidade “Centro” ou como é chamado por sua riqueza histórica e patrimonial de reconhecimento mundial, nacional e estadual, “Centro Histórico”. Esta última nomenclatura, histórico, expõe não apenas o fato de o bairro estar na zona de preservação histórica (ZPH)¹⁶ da cidade, ou alusão a respeito do seu tombamento feito pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1974 e a sua consideração como Patrimônio Mundial em 1977 (IPHAN, 2020). Destaca também o seu aspecto um tanto desconexo com a arquitetura e desenho urbano efetivos nas outras zonas da cidade, onde nas palavras de Burnett essa é um fundamento vigente onde (2017, p.7):

Os centros históricos sofrem, em essência, apenas de dois problemas; ou ficaram congelados, no tempo e no espaço, a partir do esgotamento das atividades econômicas que lhes deram origem a grandeza, ou são diariamente eletrocutados por funções que lhes negam qualquer possibilidade de dignidade e permanência.

3.1 Ferramentas de estudo do contexto urbano da violência contra a mulher

Para reforçar a perspectiva urbana através do olhar da mulher sobre a cidade de São Luís (MA), sobretudo no bairro do centro histórico, formulamos nossas ferramentas de observação do contexto urbano em primeira pessoa. Através de questionamentos que possivelmente passam pela cabeça de uma variada gama de indivíduos que transitam pela cidade e nos ajudarão a avaliar o contexto.

Vale ressaltar que muitos dos aspectos aqui tratados foram baseados no conglomerado metodológico já apresentado. No entanto, o nosso formato organizacional é voltado e focado nas necessidades do nosso recorte local, assim como o reforço da constante necessidade da óptica de gênero, sendo o “eu”, nesse caso, a mulher.

Por que ali estou?

Objetivo: Entender as dinâmicas de uso e ocupação do bairro para assim compreender os seus principais pontos de atração de pessoas. Sobretudo, os locais que

¹⁶ De acordo com o Mapa de Zoneamento de São Luís, 1992. Disponível em: http://www.agenciasaoluís.com.br/midias/anexos/1890_mapa_zoneamento_1992_completo_top_reduzido.pdf. Acesso em 19/11/20.

englobam o desenvolvimento dos ditos trabalhos reprodutivos que são, em maioria, desempenhados por mulheres (como escolas, creches, praças, unidades básicas de saúde e hospitais).

Como ali cheguei e transitarei?

Objetivo: Mapear os principais pontos de transportes para o acesso e o transitar no bairro. Abordaremos as articulações de suas ruas, o grau de integração de suas vias e a percepção de distâncias entre os pontos de trabalhos reprodutivos de suas áreas residenciais.

Como ali vivencio?

Objetivo: Sou vista? Sou escutada? Consigo me encontrar? Tais questionamentos em primeira pessoa elucidam apenas algumas preocupações que perpassam as mulheres durante o seu ocupar na cidade. Para qualificarmos o à respeito do seu “entorno habitável”, traçaremos em um trecho específico aspectos qualitativos como sinalização, vitalidade, visibilidade, vigilância natural e autonomia no seu caminhar.

Como dali fugirei?

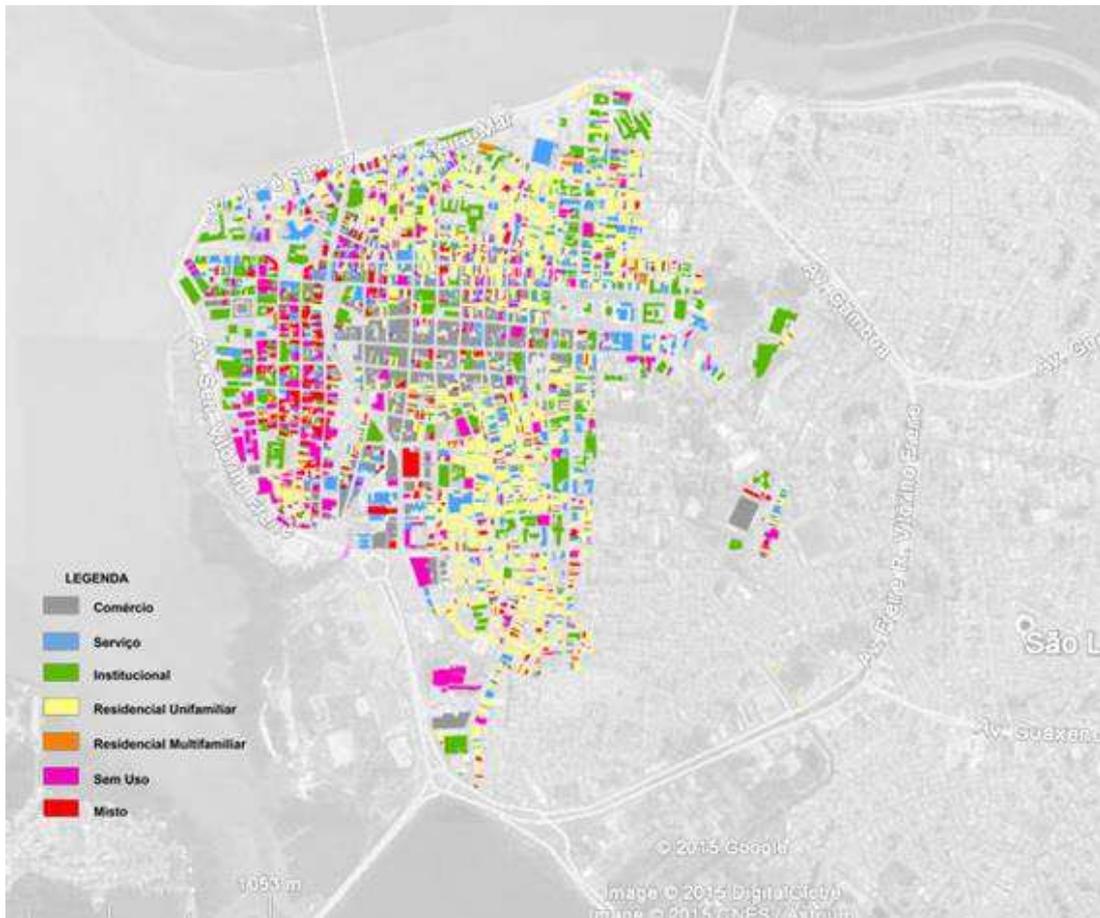
Objetivo: A rota crítica, como previamente mencionada, é um termo policial direcionado ao percurso feito pela mulher que sofreu algum tipo de violência e o seu pedido de ajuda. Nesse último trecho do estudo de caso, destacaremos as distâncias entre os centros de concentração de pessoas, sobretudo transportes públicos, e a delegacia da mulher mais próxima.

3.1.1 Por que ali estou?

A identificação do uso do solo no bairro “Centro” é de significativa importância para podermos compreender as motivações da circulação de pessoas nesse núcleo e suas relações advindas a partir disso. O transitar, o morar e/ou o permanecer. De forma que possamos enxergar as possibilidades de desenvolvimento e integração entre os trabalhos reprodutivos, bem como produtivos posteriormente.

Para isso, utilizaremos o mapa (figura 22) produzido por Antônio Wagner Lopes Jales¹⁷ em seu artigo sobre “A lógica social do centro histórico de São Luís MA: O poder da influência da rua grande”. Tal imagem foi utilizada como base por se tratar de um estudo recente (2019) sobre o contexto ali presente, onde através da sintaxe espacial, o autor fala sobre os “padrões das formas espaciais” e como esses têm influência sobre a maneira que os encontros ocorrem. Bem como uma imagem área do centro da cidade (figura 23).

Figura 22 – Identificação do uso do solo do Centro.



Fonte: JALES (2019).

¹⁷ Antônio Wagner Lopes Jales é mestre pelo Programa de Engenharia de Transportes da Universidade Federal do Ceará. Para mais informações acessar: <https://www.escavador.com/sobre/1517322/antonio-wagner-lopes-jales>.

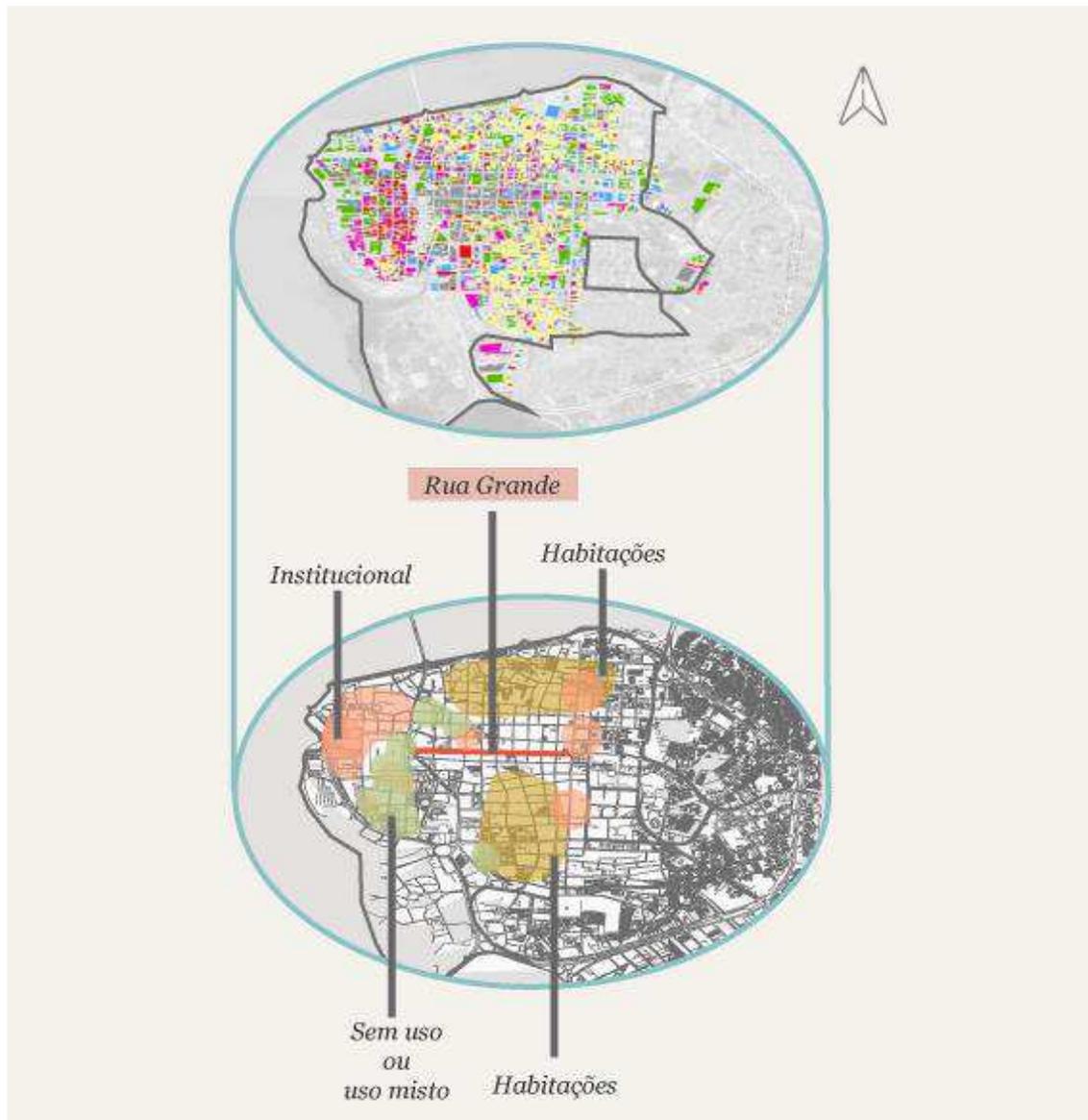
Figura 23 – Imagem aérea do Centro de São Luís do Maranhão.



Fonte: O Estado (2020).

Como podemos perceber (figura 24), na nossa observação gráfica do mapa de Jales (2019), a área central do Centro Histórico é predominantemente de uso comercial. Nesse meio é onde encontramos a chamada “Rua Grande”, um caminho com uma considerável quantidade de comércios que funcionam em maioria nos horários entre 7:00 horas e 18:00, portanto, um ponto de focal de aglomeração de pessoas em um horário específico. Já ao norte e sul do bairro, podemos notar certa permanência de habitações unifamiliar com pouca alternância de serviços (tons azuis), e no entorno do bairro (composto pela Av. Beira-Mar, Av. José Sarney e Av. Vitorino Freire), é onde se concentram grande parte das instituições, em seguida prédios sem uso e uso misto.

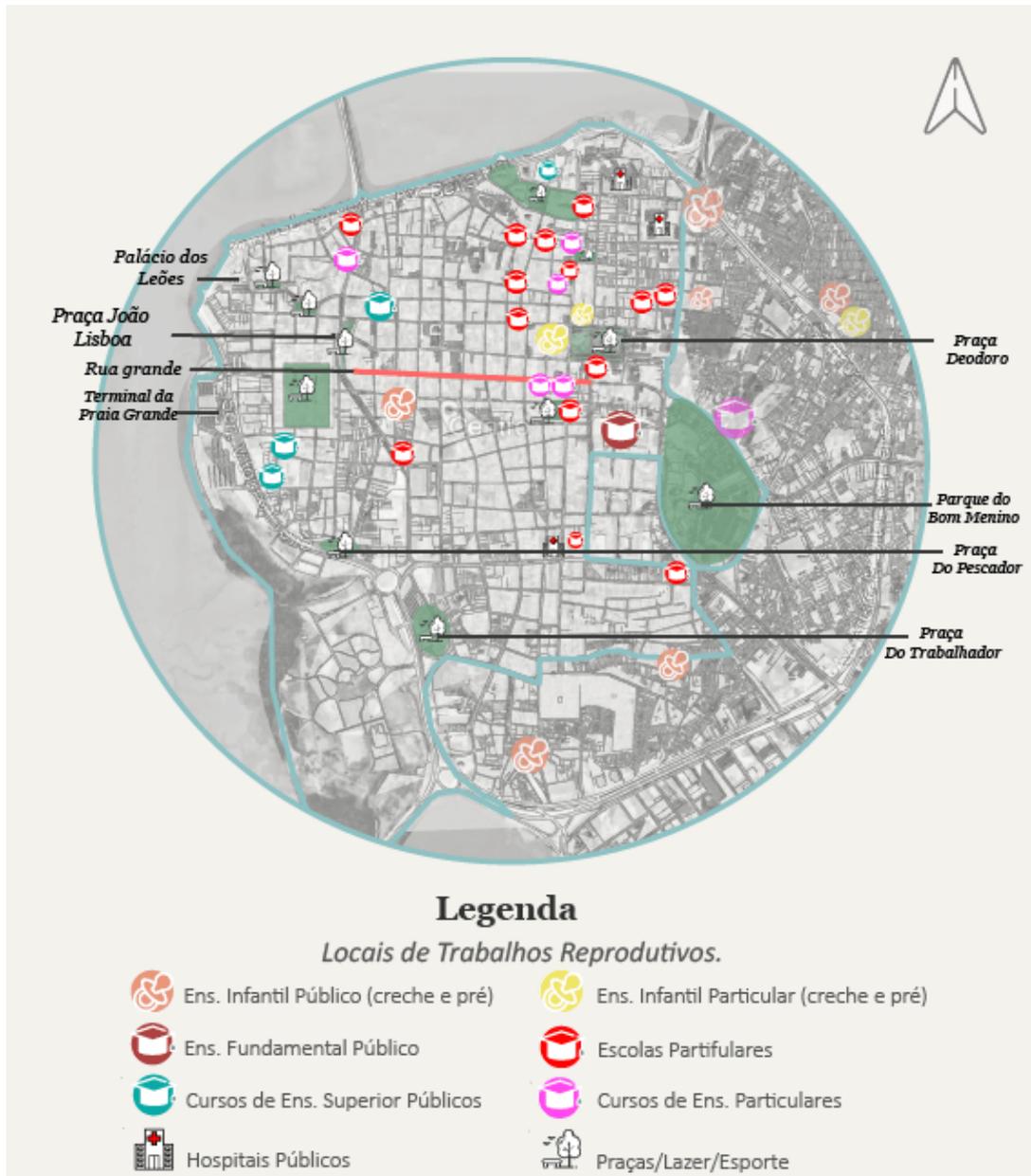
Figura 24 – Mapa sobre a frequência de usos no Centro Histórico.



Fonte: Mapa base por JALES (2019). Arte feita pela autora (2020).

À vista disso, mapeamos locais (figura 25) essenciais para o desenrolar do trabalho reprodutivo. Pontuando no bairro “Centro” espaços como creches, escolas, faculdades, hospitais e praças, verificando, dessa maneira, quais são as “zonas” dessa localidade que estão mais abastecidas e autossuficientes em contraponto as suas outras extremidades.

Figura 25 – Mapa sobre os locais para desenvolvimento de trabalhos reprodutivos no Centro Histórico.



Fonte: Informações coletadas nos Mapas da Agência da Cidade de São Luís (site) e Google Earth (2020).
 Arte feita pela autora (2020).

Dentro dessa dinâmica apresentada pela representação, cuja coleta informacional foi realizada através da Agência da Cidade de São Luís e o *Google Earth*, compreendemos nessa escala que o norte do bairro Centro é mais abastecido que o perímetro em seu sul. A proximidade das unidades habitacionais unifamiliares com o centro comercial (Rua Grande) bem como as Instituições, conferem-lhes certo privilégio para o realizar de suas atividades cotidianas. Uma adversidade que vai de contra o ideário essencial de compactação do espaço

urbano centrada na democratização do acesso igualitário a todos que ali habitam ou transitam para os respectivos serviços, comércios, instituições e etc.

3.1.2 Como ali cheguei e como ali transitarei?

Partindo do conceito de nos aprofundarmos na contextualização do bairro de maior incidência de violência contra a mulher em vias públicas e uso coletivo, podemos subtrair dos questionamentos em primeira pessoa 2 pressupostos gerais em dois extremos: A mulher que habita ali e a mulher que apenas trabalha ali.

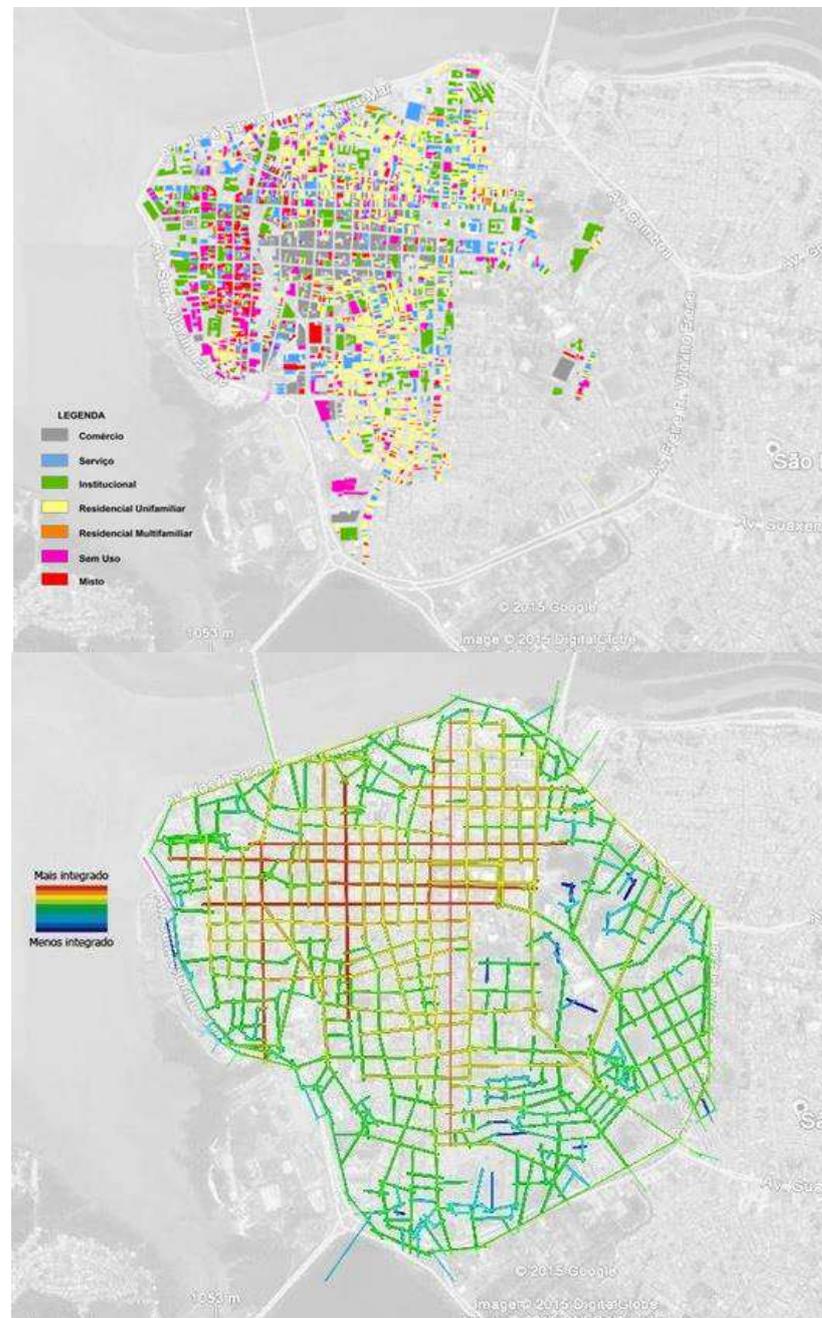
Ambas necessitam da autossuficiência do bairro, para que o seu andar seja seguro, visível e vivo conforme toda a nossa discussão teórica. Para esse subtópico, utilizaremos como referencial o mapa de uso e ocupação por Jales (2019), bem como observações do “Produto 8 – Avaliação da Infraestrutura Urbana, Viária e da Mobilidade” feito em referência ao Plano de Mobilidade Urbana de São Luís datado de 2016. Nele, os pesquisadores reforçam que o processo de urbanização vivido por São Luís nos últimos anos:

[...] Produziu um meio urbano marcado pela segregação socioespacial, que se reflete tanto no espraiamento territorial e na presença de vazios urbanos, como na diferenciação socioeconômica da ocupação do solo. Além disso, a descontinuidade territorial resultante foi geradora de longas distâncias, o que definiu a necessidade de maiores deslocamentos (SMTT; SISTRAN, 2016, p. 9).

Isto é, a mobilidade é uma peça-chave para a integração e interligação desses usos, bem como objeto da atividade urbana facilitador do desempenho dos trabalhos, reprodutivos e produtivos, em menor tempo, logo, menor desgaste e conseqüentemente menor suscetibilidade a certos tipos de violência produzida por uma cidade socioespacial segregada. Vide que para além das residências, os transportes públicos são os que ocupam o primeiro lugar em locais de assédio contra o indivíduo mulher e representam ao todo 53% das viagens em veículos motorizados em São Luís (MA) (SMTT; SISTRAN, 2016).

Na (figura 26) abaixo, temos a junção do mapa de uso do Centro com o mapa axial de identificação do grau de integração das vias também de autoria de Jales (2019). Nele podemos perceber novamente, a forte relação entre a área comercial com as vias mais integradas, seguida pela área de concentração institucional e de habitação localizadas ao norte do bairro.

Figura 26 – Identificação do uso do solo do Centro e Mapa axial do Centro identificando o grau de integração das vias, consecutivamente.

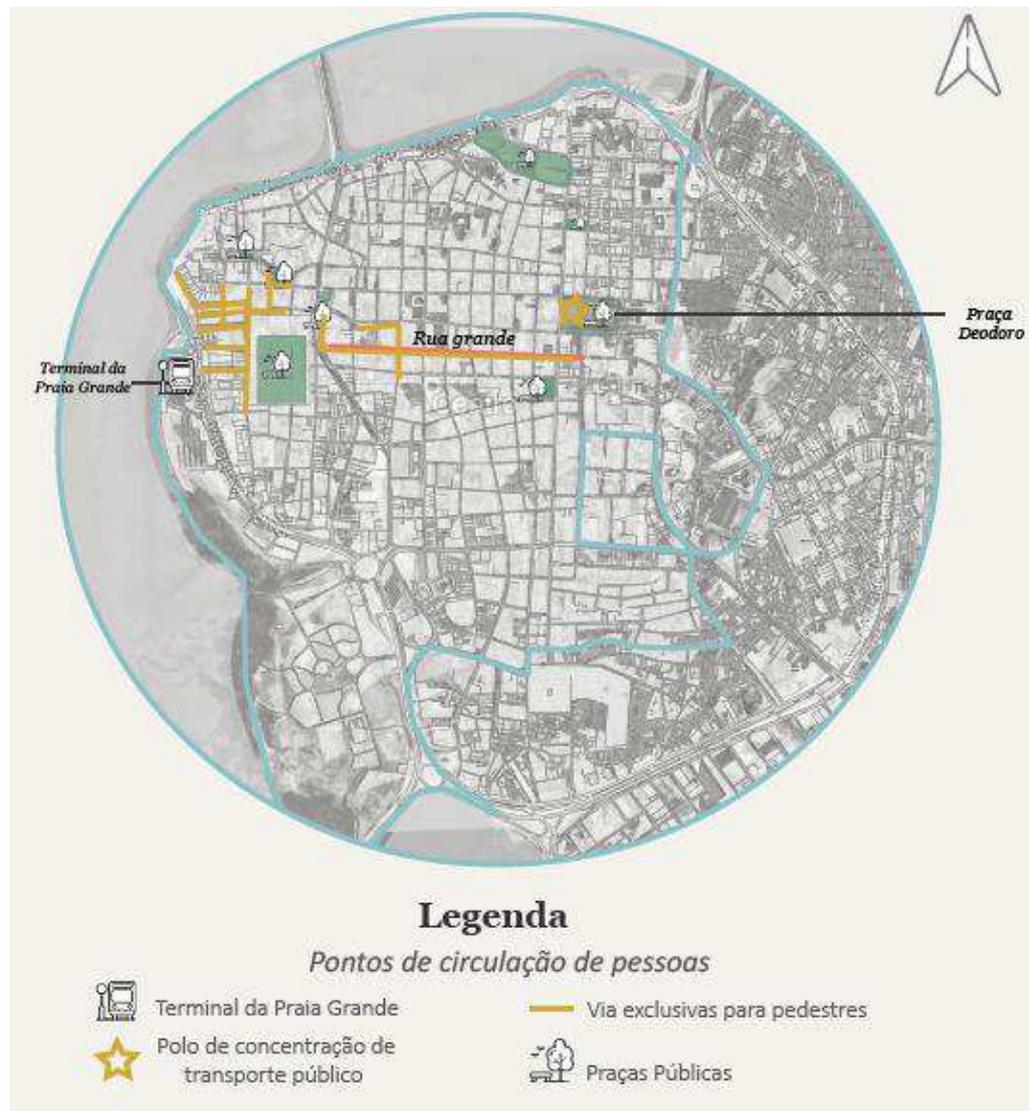


Fonte: JALES (2019).

Destarte, não podemos deixar de mencionar que o Centro em sua condição de Zona de Preservação Histórica (ZPH) é constituído por vias exclusivas ao pedestrianismo (figura 27) e que, conforme a Avaliação de Infraestrutura Urbana, Viária e da Mobilidade (2016, p. 96) “todo cidadão que se desloca pela cidade é pedestre em algum momento de sua viagem, seja andando do ponto de ônibus ao seu destino ou andando até o local de estacionamento de seu automóvel”.

Ao mapear tais elementos, mais uma vez, percebemos que a área norte do bairro Centro concentra os principais polos de circulação de pessoas em detrimento da parte com o perímetro urbano mais ao sul.

Figura 27 – Identificação dos polos de concentração de Transporte Público e ruas exclusivas ao pedestrianismo, consecutivamente.



Fonte: Imagem baseada Avaliação P8 da SMTT e SISTRAN (2016).
Arte feita pela autora (2020).

3.1.3 Como ali vivencio?

“As características físicas do espaço são um fator determinante que afeta a percepção de segurança nas pessoas” (GUTIÉRREZ, Blanca *et al.*, 2016, p. 41). Neste subtópico podemos alinhar nossos questionamentos à dois trabalhos aqui já apresentados no capítulo “URBANISMO DE GÊNERO – Conhecendo Estudos Urbanos Sob a Perspectiva da Mulher”.

O primeiro deles, é a Cartografia social urbana aplicada sob a perspectiva de gênero, onde a autora Santos (2018) promoveu mapas colaborativos e discussões diretas com mulheres que utilizam do bairro Centro da cidade com frequência, em especial, a Praia Grande. Nessa investigação, as participantes traçaram ruas e localidades que dão preferência ao seu caminhar. O resultado obteve percepções semelhantes já anunciadas por Jane Jacobs (2020) em seu livro *Vida e Morte das Grandes Cidades* na década de 60.

Isto posto, o gênero feminino, baseado no medo da violência contra o seu corpo, percorre quase que unanimemente caminhos que estejam com iluminação pública mais adequada, possuam fachadas ativas e usos diversos e que, principalmente, não se apresentam com vazios urbanos e/ou edificações sem uso. Tal qual essa concepção, o Coletivo *punt.6* (2012) em sua auditoria “Entornos Habitables” pontua linhas estratégicas focadas na sustentabilidade dos bairros e eficiências sob a perspectiva da mulher, passando por esse mesmo olhar de padrões que permitem um urbanismo mais proveitoso e seguro para todos (figura 28 e 29).

Figura 28 – Qualidades de entornos habitáveis.



Fonte: GUTIÉRREZ, Blanca *et al.* (2016) com alterações feita pela autora (2020).

Figura 29 – Qualidades de entornos habitáveis.

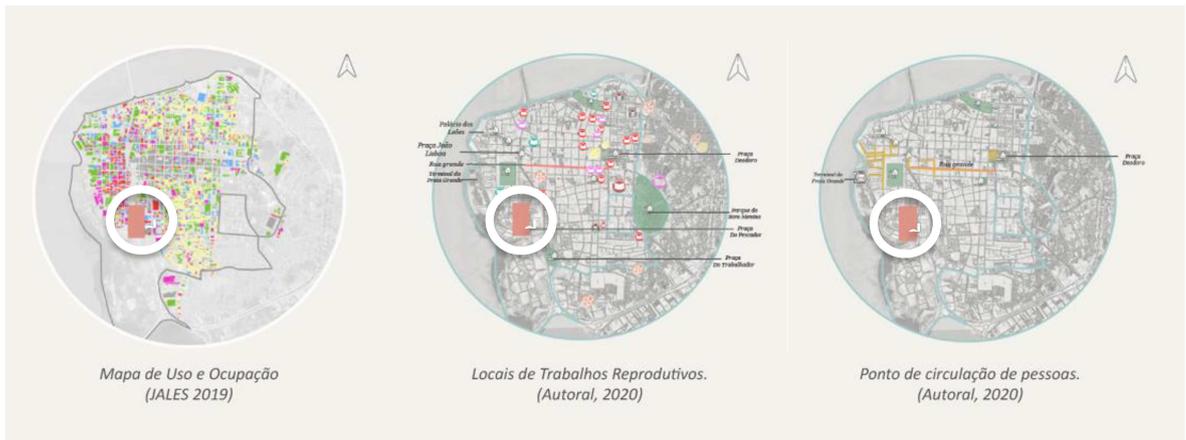


Fonte: GUTIÉRREZ, Blanca *et al.* (2016) com alterações feita pela autora (2020).

Por esse motivo, enfatizamos as indagações de “como ali vivencio?” “Sou vista? Sou escutada? Consigo me encontrar?”. Dentro desse ensejo, embora a escala principal de mapeamentos por essa investigação seja a divisão por bairros, acreditamos ser interessante escolhermos um trecho específico do Centro para analisarmos a qualidade de seu entorno enquanto “habitável”, sendo essas ilustradas pelo coletivo punt.6: Entorno sinalizados, entornos equipado, entorno vigiado, entorno comunitário e entorno visível.

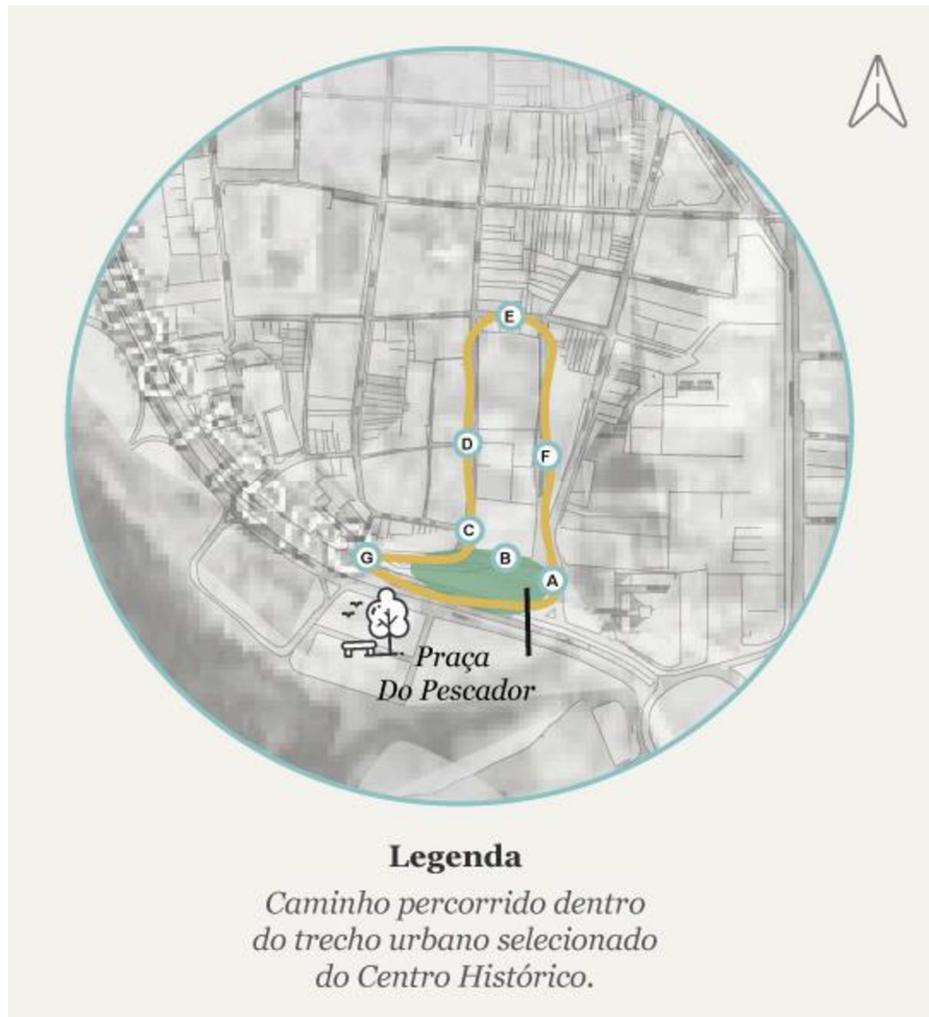
Para isso selecionamos um recorte, que dentro dos mapas previamente apresentados, mostrou-se em uma ordenação de baixa diversidade de usos, abastecimentos em equipamentos urbanos e proximidade com os polos mais ativos de transporte público do bairro Centro. Ele segue em destaque na (figura 30) com um recorte vermelho, e em proximidade na (figura 31). A visita foi realizada no dia 02/12/12 por volta do horário das 16:00.

Figura 30 – Recorte em rosa no bairro Centro, São Luís (MA), para estudar seu entorno.



Fonte: Arte feita pela autora (2020).

Figura 31 – Entorno selecionado no Bairro Centro em São Luís, MA.



Fonte: Arte feita pela autora (2020).

Alocado defronte à Av. Senador Vitorino Freire, o entorno da Praça do Pescador, do Centro Histórico de São Luís (MA) conta com o quarteirão compreendido pela Rua da Manga (a entrada para o quarteirão) (figura 32), a Rua do Deserto (A), a Rua Afonso Pena (C e D) com perpendiculares a rua Alameda da Penha (C) e Tv. Feliz (D), Tv. da Lapa (E) e a Tv. do Portinho (F). O caminho percorrido segue o fluxo natural da ordem alfabética exposta no mapa, logo, a disposição das fotografias também com alguns ângulos do mesmo ponto. Ao visitarmos e observamos a dinâmica do local em um formato de observador-não participante, percebemos alguns elementos positivos e outros que possam vir a potencializar o contexto urbano da violência contra a mulher em vias públicas e espaços de uso coletivo.

Figura 32 – Fotografias do quarteirão em análise do Centro Histórico de São Luís, MA.



Fonte: Autoral (2020).

Assim que adentramos no trajeto (A), percebemos que a circulação interna ali não é condicionada a ônibus de tamanho normal, sendo então utilizados veículos especiais para o transporte coletivo e público de pessoas com parada “informal”, ou seja, sem estrutura na Praça do Pescador. A Praça é subdividida entre 2 trechos: O primeiro que tem contato mais direto

com a avenida (B) onde se concentram equipamentos como bancos, iluminação com poste estilo colonial, bem como jardinagem relativamente bem conservada. E a segunda relativa ao segundo ponto de vista do (B) que contém a presença de uma quadra esportiva com arte gravada em sua parede.

Nesse pedaço, pôde-se perceber um senso comunitário e de aproveitamento do espaço de uso coletivo pela população local, ainda que estivesse em um horário comercial (a visita ocorreu dia 02/12/20 às 16:00). A praça, de certa forma, ameniza o fato desse quarteirão estar tão próximo de uma Avenida extremamente movimentada.

No ponto de observação (C) é que de fato começamos a enxergar o contexto da habitação, caminhabilidade e/ou permanência. De início já podemos apontar a continuidade do uso de postes em metal com estilo colonial como forma de iluminação pública, o que não é muito viável, já que apesar do poste estar em uma escala humana, a sua luz amarelada gera locais de penumbras que possam vir a dificultar a visualização completa da rua.

Outro fator considerável, é o local onde os mesmos estão instalados. Em uma calçada com pouco menos de um metro, tal equipamento permanece no meio dela, não propiciando uma boa dinâmica de pedestres em seu espaço com os veículos particulares presentes. No ponto (D) (figura 34), obtemos a continuidade da rua, bem como a percepção de uma rua perpendicular, chamada Alameda da Capela e outra perpendicular seguinte Tv. Feliz, onde o acúmulo de lixo nesse perímetro bem como o desgaste da arquitetura local corrobora para um sentimento de insalubridade, pouca visibilidade e vitalidade no espaço.

Figura 33 – Fotografias do quarteirão em análise do Centro Histórico de São Luís, MA.



Fonte: Autoral (2020).

Ao nos aproximarmos da esquina da rua Tv. da Lapa (E) (figura 34) com a rua que nos conectará para a Rua Deserto novamente (F) (figura 35) é quando notamos alguns serviços e sinalizações, sendo essa última reclusa a placas de trânsito. Nenhum mapa informativo sobre o Centro Histórico foi encontrado, ou muito menos sobre os circuitos possíveis ali dentro, bem como os acessos aos transportes públicos ou monumentos e arquiteturas excepcionais.

Figura 34 – Fotografias do quarteirão em análise do Centro Histórico de São Luís, MA.



Fonte: Autoral (2020).

Figura 35 – Fotografias do quarteirão em análise do Centro Histórico de São Luís, MA.



Fonte: Autoral (2020).

Bom, essa “amostra” sobre um dos entornos do Centro de muitos alojados no bairro, conseguem nos atentar a fatores importantíssimos para o desenvolvimento e autossuficiência no mesmo. Esse caminho percorrido e selecionado, contém grandes percursos com fachadas não ativas e prédios sem uso definido. A sensação que gera para qualquer mulher,

a que habita e a que desconhece aquele perímetro é de não ser vista, não ser escutada e muito menos se sentir segura.

O estudo desse trecho com as classificações de “entornos habitáveis” do coletivo punt.6, aponta-nos algumas observações a serem feitas sobre a acomodação de um patrimônio para com a vida moderna. Onde a sua arquitetura de fachadas para as ruas, que é uma das premissas usadas para o ser “vista” ou “escutada” é, de certa forma, silenciada pela falta de ocupação do espaço e infraestrutura adequada.

3.1.4 Como dali fugirei?

Porque disse Michaud (2005) citado por GUTIÉRREZ, Blanca *et al.* (2016, p.16)¹⁸:

Se em uma rua onde 100% das pessoas que vivem são mulheres e 1% delas é estuprada, as consequências não são apenas para esse 1% da população (a mulher estuprada), mas para os 100% das mulheres, desde fato, aumentam a percepção de insegurança e medo das mulheres [...].

A ideia de criar esse subtópico de “*como dali fugirei?*” veio a partir do conhecimento do termo técnico utilizado em agências policiais, já mencionado, sobre o caminho percorrido por uma mulher vítima de violência até o local de prestar queixas: Rota Crítica. Para algumas, esse caminho pode durar dias, para outras a urgência é precisa, e, infelizmente, para muitas ele nem acontece. *Nossas cidades estão urbanisticamente preparadas para gerar o acesso rápido e direto de vítimas?*

Figura 36 – Mapa com a localização da Delegacia Especial da Mulher na Casa da Mulher Brasileira (A) e a Delegacia Especial da Mulher na Beira-Mar (B).



Fonte: Mapas retirados do Google Earth (2020). Arte feita pela autora (2020).

¹⁸ Tradução feita pela autora, do espanhol para o português, 2020.

Repetimos a (figura 36) acima, que corresponde também a de número (7) do presente estudo, como forma de identificar os setores mais abastecidos enquanto delegacias especializadas da Mulher. Sendo as mesmas presentes na Av. Beira Mar no bairro Centro e na Casa da Mulher Brasileira no bairro Jacaraty (figura 37). Reforçamos que apesar do esforço do Estado em acolher uma única localidade um conjunto de trâmites possíveis para a continuidade da denúncia (Casa da Mulher Brasileira), a centralidade das delegacias se apresentam um tanto adversas ao sentido de estratégia de autossuficiência dos bairros da grande Ilha de São Luís, bem como para as mulheres que precisarão fazer esse deslocamento.

Figura 37 – Mapa sobre as distâncias dos pontos focais estudados no contexto do bairro Centro. Distâncias desses pontos entre a Delegacia Especial da Mulher na Casa da Mulher Brasileira (A) e entre a Delegacia Especial da Mulher na Beira-Mar (B).



Fonte: Mapas retirados do Google Earth (2020). Arte feita pela autora (2020).

As localidades escolhidas para traçarmos a distância entre pontos do bairro para com as DEM foram as seguintes: O Terminal da Praia Grande; A praça Deodoro, ambos por centralizarem grande parte das rotas de transportes públicos e serviços (Figura 27), e o trecho da Praça do Pescador (Figura 31) que simbolizaria um trajeto de uma localidade menos agraciada no bairro Centro enquanto “entorno habitável”. Delimitamos os valores de proximidade dos núcleos de atendimento à mulher, incluindo a pé, transporte público e de aplicativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas palavras de Madariaga (2002) o urbanismo é compreendido como uma atividade que objetiva intervir sobre a realidade urbana presente. Em outras palavras, através de seu planejamento traçamos expectativas presentes ao nosso tempo, sejam elas defendendo apenas os interesses econômicos ou compartilhando da tríade da sustentabilidade, objetivo central dos estudos urbanos atuais.

Trabalhar CIDADE EM GÊNERO foi, de certa forma, o construir de caminhos teóricos que cruzaram os limites do estudo urbano, evidenciando seu caráter interdisciplinar tão repetidamente ressaltado na investigação. Por meio da fundamentação introdutória tratamos de conceitos sociológicos, em suma datadas do séc. XX, sobre os encargos intrínsecos aos indivíduos parte da sociedade através da leitura social do seu sexo biológico. Logo, indagamos como essa ordenação aconteceu e como a mesma resultou na chamada “divisão sexual do trabalho”.

A atribuição histórica dos trabalhos de manutenção da sociedade, reprodutivos, às mulheres, tornaram-na suscetível ao esquecimento, vide que dentro de um panorama capitalista, o trabalho que não se sucede em bonificação monetária é descartado, secundarizado e até mesmo desumanizado em condições de seu desenvolvimento.

Dentro dessa lógica, se a sociedade é uma invenção humana, logo a cidade também é. Ela reflete em suas estruturas as instituições que a coordenam, por isso Hannah Arendt (2012) afirma “*A cidade é uma memória organizada e, na história, as mulheres são esquecidas*”. Expondo que em uma sociedade Patriarcal (homem tido como chefe natural da vida pública e privada), as nossas necessidades não são acatadas por termos sido proibidas de participar da vida pública, sendo restritas ao privado.

Por isso, a abordagem “Um estudo sobre o contexto urbano da violência contra mulher em São Luís, MA” não englobou apenas mapear em uma escala de bairros atos violentos contra o gênero feminino, mas também nos deu um vislumbre de que nossas mortes são mais prováveis de terem como autores pessoas que amamos (contexto familiar, ex-companheiros ou companheiros) do que diante da violência urbana. O ato violento contra a mulher não fala apenas da localidade que ocorre, mas destaca também a discussão do seu corpo como um “território” submetido às dinâmicas patriarcais.

Consoante a isso, assimilamos no último capítulo que o formato de gestão pública diante da cidade de São Luís ainda mantém seu caráter expansionista, fortalecendo o

segregacionismo em todos os seus aspectos, que prejudicam ainda mais os seus entornos que estão longes de serem habitáveis.

A noção de que para trabalharmos o equilíbrio entre eficiência econômica, equidade e justiça social prezada pela sustentabilidade, precisamos enquanto futuros profissionais, pesquisadores ou apenas civis admitir a dimensão social dessas mudanças, a dimensão social que abrange mundialmente e nacionalmente cerca de 50% da população, a do gênero feminino.

A primeira posição do bairro “Centro” ou “Centro Histórico” em números sobre a violência de gênero em vias públicas e espaços de uso coletivo nos endossa que apesar de sua riqueza arquitetônica, sua presença histórica, suas fachadas voltadas para a rua, de nada se moldam enquanto vitalidade sem uma ocupação e distribuição de usos feita de maneira autossuficiente e diversa.

Nas palavras de Burnett (2012, pág. 2) clarificamos tal realidade:

Após insistentes propostas de requalificação estética de bairros seculares, que evitaram tocar em interesses fundiários e mercantis, as tentativas de inserir o núcleo original de São Luís no cotidiano urbano de toda a cidade parece ter se esgotado. As promessas de repetição de intervenções pontuais e monumentais, sem alteração na legislação do uso do solo e na propriedade fundiária, são incapazes de retirar a área histórica do processo de degradação e o submete, cada vez mais, ao processo de abandono institucional [...]

O professor Burnett (2012) ainda reforça que o atual padrão urbano se nega as áreas de valor de uso e se jogam sobre a ocupação de vazios para além de seus limites. E cada vez mais essa agenda urbana diante das adversidades de São Luís parecem negar a existência de embasamentos científicos e acadêmicos que nos direcionam para um caminho mais diversos, mais seguro, sobretudo àquelas que ainda desempenham trabalhos reprodutivos e produtivos, mantendo sua presença constante no circular de grandes distâncias sobre a cidade, expondo-se a diversos tipos de violência, destacando-se a contra seu corpo.

Falú (2016) fala das dificuldades de se abordar urbanismo sob a perspectiva de gênero por falta de dados precisos voltados à essa óptica. Dessa maneira, um dos primeiros passos seria consolidar a participação política de mulheres, não apenas como urbanistas, mas também como agentes promotores de mudanças. Assim, parte da conscientização da divisão de tarefas seria baseada na presença delas em locais de poder. A ênfase na divisão mais igualitária de encargos domésticos.

Reforça-se, dessa maneira, que os ideais de igualdade intrínsecos a sustentabilidades só serão atingidos se os profissionais das áreas competentes, assim como os

órgãos responsáveis, passem a obter respaldos diversos sobre o intervir na realidade urbana brasileira, como a perspectiva da mulher em seu contexto.

Destarte, devemos considerar a criação de um núcleo de estudos interdisciplinares de gênero local como forma de iniciar o diálogo, unindo trabalhos existentes, contatando outros núcleos e evoluindo enquanto temáticas que permanecem em grande maioria no teórico. Assim como o Centro Interdisciplinar de Estudos de Gêneros (CIEG) em Lisboa, que tem a proposta de colaborar com diferentes universidades e, sobretudo, núcleos de pesquisa com temas diversos, já que abordagem de gênero se abarca em qualquer preceito temático.

Sobre a proposição projetual acerca do entorno analisado, não pudemos contar com a participação local por conta do momento atual experienciado (COVID-19), e que reiteramos ser o primeiro passo para a construção de uma intervenção que incorpora a voz da comunidade e suas necessidades distintas. Para estudos posteriores, pontuamos também o comparativo de casos em detrimento da densidade demográfica dos bairros, seu traçado e seu entorno. Dentro da interdisciplinaridade do tema “gênero”, detemos de grandes possibilidades e um futuro mais sustentável.

REFERÊNCIAS

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Plataforma Agenda 2030. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/>. Acesso em: 20 de nov. 2020

AMORIM, Ivone; TORRES, Caldas. **A construção da identidade de Gênero.** In: I Seminário Internacional Sociedade e Fronteiras. 2012, Boa Vista. Anais de congresso. Boa Vista: UFRR, 2012. Disponível em: <https://ufr.br/ppgsof/index.php/component/phocadownload/category/4-anais-comunicacao.html?download=126:027>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade.** São Paulo: Perspectiva, 2015.

BORGES, Laís Frasão. **Bordando a história urbana de São Luís do Maranhão nos séculos XIX e XX.** In: ENANPUR 2019, XVIII, 2019, Natal (RN). Anais. Universidade de Brasília UnB, 2019.

BRASIL. **O desafio do enfrentamento da violência: Situação Atual, estratégias e propostas.** Brasília: Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/desafio_enfrentamento_violencia.pdf. Acesso em: 10 de jun. 2020.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Declaração e Programa de Ação de Viena.** Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, Ministério da Justiça, 1993. Disponível: www.sedh.gov.br. Acesso em: 11 de nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Denúncias registradas pelo ligue 180 aumentam nos quatro primeiros meses de 2020.** Brasil, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020>. Acesso em 11 de nov. 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo. 2. A experiência vivida.** Tradução de Sérgio Milliet e capa de Fernando Lemos. 2ª edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 9, 1967.

BUENO, Francisco da Silveira. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa.** São Paulo: LISA – Livros Irradiantes S.A., 1988.

BURNETT, Lago Frederico. **São Luís por um triz, escritos urbanos e regionais.** São Luís: ATHUAR UEMA, 2011.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade.** Trad. de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. CUNHA, Helena Parente. A festa. **A casa e as casas**, v. 2, 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito Fundador e Sociedade Autoritária.** São Paulo: 2001.

CONNEL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Género: desde una perspectiva global*. Universitat de València, 2015.

CRISPIM, Maristela. **Feminicídios aumentam no Nordeste durante a pandemia**. Agência Nordeste, 2020. Disponível em: <http://agenciaeconordeste.com.br/feminicidios-aumentam-no-nordeste-durante-a-pandemia/>. Acesso em 15 de nov. 2020.

FÁLU, Ana. *Gender Perspective in urban planning*. 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Sop4fqc2NV8>. Acesso em 10 de set. 2020.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019 (ABSP)**. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/>. Acesso em 20 de set. 2020.
GUTIÉRREZ,

GUTIÉRREZ *et al.* **Entornos habitables. Auditoría de seguridad urbana con perspectiva de género en la vivienda y el entorno**. Coletivo PUNT 6. 2017. Disponível em: <http://www.punt6.org>. Acesso em: 10 de jun. 2020.

IBGE. **Expectativa de vida dos brasileiros aumenta para 76,3 anos em 2018**. Agência IBGE de Notícias, 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26103-expectativa-de-vida-dos-brasileiros-aumenta-para-76-3-anos-em-2018>. Acesso em: 20 de set. 2020.

IBGE (PNAD), 2015. **Conheça o Brasil: quantidade de Homens e Mulheres**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres>. Acesso em: 20 de jun. 2020.

INSTITUTO DA CIDADE (INCID). **Mapa de Arruamento e Bairros de São Luís**. Agência São Luís, 2010. Disponível em: https://www.agenciasaoluis.com.br/midias/anexos/2253_bairros_e_arruamento_urbano.pdf. Acesso em: 10 de set. 2020.

IPHAN. Centro Histórico de São Luís. Portal Iphan, São Luís, 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/34> Acesso em: 20 de nov. 2020.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JALES, Antonio Wagner Lopes. **A lógica social do centro histórico de São Luís MA, o poder de influência da Rua Grande**. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/19.226/7365>. Acesso em 30 de nov. 2020.

KANDINSKY, Wassily. **Do espiritual na arte e na pintura particular**. Trad. Álvaro Cabral, Antonio de Pádua Danesi. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **São Luís do Maranhão, Corpo e Alma**. 2ª edição ampliada. São Luís: Edição da autora, 2012.

LOPES, Mónica e col. **Guia de Integração a Nível Local da Perspectiva de Género no Urbanismo, Habitação e Ambiente**. Coimbra, CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, 2016.

MADARIAGA, Inés. *Urbanismo Con Perspectiva de Género*. Instituto Andaluz de la Mujer, 2002.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Relatório da Organização das Nações Unidas**. Disponível em: <https://population.un.org/wup/> . Acesso: em 10 de nov. 2020.

RODRIGUEZ, Margarita. 2016. **Por que os homens são responsáveis por 95% dos homicídios no mundo?**. BBC NEWS, 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37730441>. Acesso em: 20 de set. 2020.

SANTOS, Maria Teresa de Moraes. **A corpografia urbana da mulher: análise da estrutura urbana como influência na violência de gênero no bairro da Praia Grande sob a ótica da Cartografia Social**. 2018. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2018.

SMTT; SISTRAN. SÃO LUÍS, Secretaria de Trânsito e Transporte de São Luís (SMTT); SISTRAN Engenharia Ltda. **Produto 8 – Avaliação da Infraestrutura Urbana, Viária e da Mobilidade**. São Luís, 2016.

TAVARES, Maria Gorete. **Violência contra a mulher: Aspectos formais da lei n. 11.340/06 e sua efetividade**. Âmbito Jurídico, disponível em <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/violencia-contra-a-mulher-aspectos-formais-da-lei-n-11-340-06-e-sua-efetividade/>. Acesso em: 20 de set. de 2020.

ANEXO A

BAIRROS	Quantidade de Ocorrências em VIAS PÚBLICAS
CENTRO	19
CIDADE OPERÁRIA	13
ANJO DA GUARDA	13
SÃO FRANCISCO	12
CALHAU	12
JOÃO PAULO	9
TURU	8
ANIL	8
VILA EMBRATEL	7
MARACANÃ	7
MONTE CASTELO	7
COROADINHO	7
RENASCENÇA	7
BEQUIMÃO	6
FORQUILHA	6
COHAMA	6
VILA PALMEIRA	5
MAIOBÃO	5
SÃO BERNARDO	4
VILA LUIZÃO	4
LIBERDADE	4
VILA MARANHÃO	4
CIDADE OLÍMPICA	4
SÃO RAIMUNDO	4
COHATRAC IV	4
TIBIRI	3
JARACATY	3
PQ. TIMBIRA	3
AREINHA	3
ALEMANHA	3
SÁ VIANA	3
PEDRINHAS	3
JANAINA	3
CRUZEIRO DO ANIL	3
CARATATIUA	3
COHAB ANIL I	3
ALTO DO CALHAU	3
JORDOA	2
ANGELIM	2
BAIRRO DE FÁTIMA	2
PONTA DO FAROL	2

SANTO ANTÔNIO	2
SANTA BÁRBARA	2
VILA NOVA	2
SÃO CRISTOVÃO	2
COHAFUMA	2
SANTA CRUZ	2
DIVINEIA	2
ESTIVA	2
VINHAI I	2
IVAR SALDANHA	2
COHATRAC III	2
VILA ITAMAR	2
COHATRAC V	2
SACAVÉM	2
SOL E MAR	2
RIO ANIL	2
ALTO DA ESPERANÇA	2
COHAB ANIL IV	2
VILA BACANGA	2
QUINTAS DO CALHAU	2
COHAJAP	2
QUEBRA-POTE	2
COHATRAC	2
VINHAI	2
VILA CASCAVEL	1
PQ. VITÓRIA	1
DIAMANTE	1
RADIONAL	1
OLHO D'ÁGUA	1
AURORA	1
VILA ISABEL	1
VILA MADALENA	1
RECANTO DOS VINHAI	1
VILA FUNIL	1
PONTA D'AREIA	1
COROADO	1
LIRA	1
IPASE	1
BARRETO	1
JOÃO DE DEUS	1
SALINA DO SACAVÉM	1
MAIOBINHA	1
VERA CRUZ	1
GARAPA	1

ITAPERÁ	1
JARDIM EL DORADO	1
CONJ. HAB. TURU	1
APICUM	1
CAMBOÁ	1
VILA PASSOS	1
PQ. AMAZONAS	1
APEADOURO	1
COHAB ANIL II	1
VILA VICENTE FIALHO	1
FÁTIMA	1
VILA BETIL	1
ITAQUI	1
RIO GRANDE	1
COHAB TURU	1
PQ. SHALON	1
CODOZINHO	1
GOIABAL	
JARDIM SÃO CRISTÓVÃO	
COHATRAC I	
VILA SÃO LUIS	
JARDIM AMÉRICA	
TIBIRIZINHO	
ARAÇAGY	
VILA ESPERANÇA	
JARDIM ALVORADA	
REC. DOS VINHAIS	
PQ. ATHENAS	
VILA 07 DE SETEMBRO	
FÉ EM DEUS	
REDENÇÃO	
CUTIM/ANIL	
COHAB ANIL III	
MAURO FECURY I	
VILA ARIRI	
PINDORAMA	
VILA CONCEIÇÃO	
TIRIRICAL	
SANTA CLARA	
VILA JANÁINA	
PLANALTO PINGÃO	
RECANTO VERDE	
VILA SAMARA	
VILA PAVÃO FILHO	

ARRAIAL	
RIBEIRA I	
BAIRRO NOVO HORIZONTE	
RECANTO DO TURU	
PÃO DE AÇÚCAR	
PLANALTO TURU I	
ALTO DO TURU	
MARANHÃO NOVO	
ILHINHA	
CONJUNTO SÃO MARCOS	
SÃO MARCOS	
SANTA EULÁLIA	
VILA INDEPENDENTE	
QUITANDINHA	
VINHAIIS II	
VILA ROSEANA	
PQ. OLINDA	
BELO HORIZONTE	
VINHAIIS VELHO	
JARDIM MONTERREY	
BOA MORADA	
CONJUNTO DOS IPÊS	
25 DE MAIO	
LOTEAMENTO VINHAIIS	
VINHAIIS III	
RES. VINHAIIS III	
PQ. ANGELA	
CONJ. HAB. VINHAIIS	
RES. PLANALTO VINHAIIS I	
VINHAIIS VI	
PLANALTO VINHAIIS II	
REC. DOS NOBRES	
PLANALTO DO CALHAU	
VILA MENINO JESUS DE PRAGA	
COHASERMA	
VINHAIIS V	
JARDIM COELHO NETO	
COHASERMA II	
BELA VISTA	
PRIMAVERA/COHAJAP	
PRIMAVERA II	
JARDIM DAS OLIVEIRAS	
VILA FIALHO	
CANTINHO DO CÉU	

CONJ. MANOEL BACKMAN	
RES. ESPERANÇA	
VILA REGINA	
RES. PRIMAVERA TURU	
VILA CRUZADO	
VILA UNIÃO	
REC. FIALHO	
JARDIM ATLÂNTICO	
CHÁCARA BRASIL	
VIVENDAS DO TURU	
PLANALTO TURU II	
SANTA ROSA	
IPEM TURU	
MATÕES	
ITAPIRACÓ	
VINHAIAS IV	
JAPÃO	
DESTERRO	
MADRE DEUS	
COREIA	
FABRIL	
RETIRO NATAL	
BOM MILAGRE	
FILIPINHO	
SÍTIO LEAL	
TÚNEL DO SACAÉM	
OUTEIRO DA CRUZ	
SÍTIO PIRAPORA	
VILA LOBÃO	
VILA ROSEANA SARNEY	
ALAMEDA DOS SONHOS	
NOVO ANGELIM	
VILA CONCEIÇÃO	
CONJ. JUÇARA	
CONJ. PENALVA	
IPEM SÃO CRISTÓVÃO	
CONJ. SÃO CARLOS	
ILHA BELA	
COHAPAM	
PQ. UNIVERSITÁRIO	
SÍTIO SÃO JOSÉ	
RES. TURQUESA	
PLANALTO ANIL	
PLANALTO AURORA	

VILA BRASIL	
PQ. SABIÁ	
PQ. GUANABARA	
CONJ. CENTAURUS	
VILA ISABEL CAFETEIRA	
JARDIM DE FÁTIMA	
PLANALTO ANIL I	
PLANALTO ANIL II	
PLANALTO ANIL III	
PQ. AURORA	
JARDIM DAS MARGARIDAS	
COHATRAC II	
PRIMAVERA - COHATRAC	
FUMACÊ	
MAURO FECURY II	
GANCHARIA	
VILA DOM LUIS	
JAMBEIRO	
PRIMAVERA - COROADO	
VILA DOS FRADES	
BOM JESUS	
VILA DOS NOBRES	
COM. DOM SEBASTIÃO	
PQ. DOS NOBRES	
COHEB	
JARDIM SÃO CISTÓVÃO II	
REC. DOS SIGNOS	
SANTA EFIGÊNIA	
CONJ. RES. JENIPARANA	
VILA JENIPARANA	
REC. DOS PÁSSAROS	
VILA AMÉRICA	
JARDIM AMÉRICA CENTRAL	
CONJ. HABITAR	
SÃO RAIMUNDO - CIDADE OPERÁRIA	
LOTEAMENTO DO VALEAN	
VILA AIRTON SENNA	
JARDIM SÃO RAIMUNDO	
CRUZEIRO DE SANTA BÁRBARA	
VILA VITÓRIA	
JARDIM ARAÇAGY	
VILA TEREZINHA	
TOTAL DE CASOS:	314

BAIRROS	Quantidade de Ocorrências em RESIDÊNCIAS
TURU	21
COROADINHO	17
VILA EMBRATEL	17
CIDADE OPERÁRIA	14
CENTRO	11
ANJO DA GUARDA	11
SÃO RAIMUNDO	11
VILA PALMEIRA	10
LIBERDADE	10
CIDADE OLÍMPICA	9
SÃO FRANCISCO	8
MARACANÃ	8
RENASCENÇA	7
ANIL	7
FORQUILHA	7
VILA LUIZÃO	7
SACAVÉM	6
MONTE CASTELO	6
JOÃO DE DEUS	6
ESTIVA	6
CALHAU	5
SANTA BÁRBARA	5
ARAÇAGY	5
ALTO DO CALHAU	5
JOÃO PAULO	5
MAIOBINHA	5
DIVINEIA	5
CRUZEIRO DO ANIL	5
COHAB ANIL IV	5
BEQUIMÃO	4
COROADO	4
COHAMA	4
LIRA	4
AREINHA	4
SÁ VIANA	4
VILA CASCAVEL	4
SÃO CRISTOVÃO	4
IPASE	4
BAIRRO DE FÁTIMA	4
COHATRAC V	4
MAIOBÃO	4
GOIABAL	3
PQ. TIMBIRA	3

ALEMANHA	3
JORDOA	3
COHATRAC I	3
VILA NOVA	3
PEDRINHAS	3
VILA ESPERANÇA	3
SOL E MAR	3
ANGELIM	3
RIO ANIL	3
FÉ EM DEUS	3
SANTA CRUZ	3
COHAB ANIL III	3
RIBEIRA I	3
CAMBOA	3
AURORA	3
VINHAI	3
JARDIM SÃO CRISTÓVÃO	2
COHATRAC IV	2
VILA SÃO LUIS	2
JARDIM AMÉRICA	2
TIBIRIZINHO	2
JARDIM ALVORADA	2
DIAMANTE	2
BARRETO	2
VILA ARIRI	2
PINDORAMA	2
SALINA DO SACA VÉM	2
TIRIRICAL	2
TIBIRI	2
VILA MARANHÃO	2
PÃO DE AÇÚCAR	2
ITAPERÁ	2
OLHO D'ÁGUA	2
SANTO ANTÔNIO	2
VILA BACANGA	2
VILA VICENTE FIALHO	2
ALTO DO PINHO	2
COHAFUMA	1
REC. DOS VINHAI	1
PQ. ATHENAS	1
VILA 07 DE SETEMBRO	1
PQ. VITÓRIA	1
REDENÇÃO	1
RADIONAL	1

CUTIM/ANIL	1
SÃO BERNARDO	1
MAURO FECURY I	1
ALTO DA ESPERANÇA	1
VILA CONCEIÇÃO	1
SANTA CLARA	1
VILA JANAÍNA	1
PLANALTO PINGÃO	1
RECANTO VERDE	1
VILA SAMARA	1
JANAINA	1
VERA CRUZ	1
VILA PAVÃO FILHO	1
ARRAIAL	1
BAIRRO NOVO HORIZONTE	1
RECANTO DO TURU	1
PLANALTO TURU I	1
GARAPA	1
ALTO DO TURU	1
MARANHÃO NOVO	1
CANTINHO DO CÉU	1
JARDIM ELDORADO	1
APICUM	1
RETIRO NATAL	1
FILIPINHO	1
VILA ISABEL CAFETEIRA	1
JARDIM DE FÁTIMA	1
COHATRAC II	1
COHATRAC III	1
VILA ITAMAR	1
RECANTO DOS VINHAIS	1
RESIDENCIAL PINHEIRO	1
FÁTIMA	1
ALONSO COSTA	1
BARÉS	1
COHATRAC	1
PONTA DO FAROL	0
SÃO RAIMUNDO - CIDADE OPERÁRIA	0
PONTA D'AREIA	
ILHINHA	
CONJUNTO SÃO MARCOS	
SÃO MARCOS	
JARACATY	
SANTA EULÁLIA	

VILA INDEPENDENTE	
VINHAI I	
QUITANDINHA	
VINHAI II	
VILA ROSEANA	
PQ. OLINDA	
BELO HORIZONTE	
VINHAI VELHO	
JARDIM MONTERREY	
BOA MORADA	
CONJUNTO DOS IPÊS	
25 DE MAIO	
LOTEAMENTO VINHAI	
VINHAI III	
RES. VINHAI III	
PQ. ANGELA	
CONJ. HAB. VINHAI	
RES. PLANALTO VINHAI I	
VINHAI VI	
PLANALTO VINHAI II	
REC. DOS NOBRES	
PLANALTO DO CALHAU	
VILA MENINO JESUS DE PRAGA	
COHASERMA	
VINHAI V	
JARDIM COELHO NETO	
COHASERMA II	
BELA VISTA	
PRIMAVERA/COHAJAP	
PRIMAVERA II	
JARDIM DAS OLIVEIRAS	
VILA FIALHO	
CONJ. MANOEL BACKMAN	
RES. ESPERANÇA	
VILA REGINA	
RES. PRIMAVERA TURU	
VILA CRUZADO	
VILA UNIÃO	
REC. FIALHO	
JARDIM ATLÂNTICO	
CONJ. HAB. TURU	
CHÁCARA BRASIL	
VIVENDAS DO TURU	
PLANALTO TURU II	

SANTA ROSA	
IPEM TURU	
MATÕES	
ITAPIRACÓ	
VINHAIAS IV	
JAPÃO	
DESTERRO	
MADRE DEUS	
COREIA	
VILA PASSOS	
FABRIL	
PQ. AMAZONAS	
BOM MILAGRE	
APEADOURO	
CARATATIUA	
IVAR SALDANHA	
SÍTIO LEAL	
TÚNEL DO SACAVÉM	
OUTEIRO DA CRUZ	
SÍTIO PIRAPORA	
VILA LOBÃO	
VILA ROSEANA SARNEY	
ALAMEDA DOS SONHOS	
NOVO ANGELIM	
VILA CONCEIÇÃO	
CONJ. JUÇARA	
CONJ. PENALVA	
IPEM SÃO CRISTÓVÃO	
CONJ. SÃO CARLOS	
ILHA BELA	
COHAPAM	
PQ. UNIVERSITÁRIO	
SÍTIO SÃO JOSÉ	
RES. TURQUESA	
PLANALTO ANIL	
PLANALTO AURORA	
VILA BRASIL	
PQ. SABIÁ	
PQ. GUANABARA	
CONJ. CENTAURUS	
COHAB ANIL I	
COHAB ANIL II	
PLANALTO ANIL I	
PLANALTO ANIL II	

PLANALTO ANIL III	
PQ. AURORA	
JARDIM DAS MARGARIDAS	
PRIMAVERA - COHATRAC	
FUMACÊ	
MAURO FECURY II	
GANCHARIA	
VILA ISABEL	
VILA DOM LUIS	
JAMBEIRO	
PRIMAVERA - COROADO	
VILA DOS FRADES	
BOM JESUS	
VILA DOS NOBRES	
COM. DOM SEBASTIÃO	
PQ. DOS NOBRES	
COHEB	
JARDIM SÃO CISTÓVÃO II	
REC. DOS SIGNOS	
SANTA EFIGÊNIA	
CONJ. RES. JENIPARANA	
VILA JENIPARANA	
REC. DOS PÁSSAROS	
VILA AMÉRICA	
JARDIM AMÉRICA CENTRAL	
CONJ. HABITAR	
LOTEAMENTO DO VALEAN	
VILA AIRTON SENNA	
JARDIM SÃO RAIMUNDO	
CRUZEIRO DE SANTA BÁRBARA	
VILA VITÓRIA	
JARDIM ARAÇAGY	
VILA TEREZINHA	
VILA MADALENA	
VILA FUNIL	
TOTAL DE CASOS:	431

ANEXO B

FATOS POLICIAIS CONSIDERADOS VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

1. Lesão Corporal Dolosa - Violência Doméstica (Art. 129, § 9º do CPB)
2. Ameaça (Art. 147 do CPB)
3. Injúria Caput (Art. 140 - Caput - do CPB)
4. Ameaça (Art. 147 do CPB)
5. Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito (Art. 359 - Caput - do CPB) Importunação sexual (Art. 215-A do CPB)
6. Ameaça (Violência Doméstica) (Art. 147 do CPB)
7. Lesão Corporal Dolosa (Art. 129 - Caput - do CPB)
8. Violência moral, qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Art. 7º, Inc. V da LEI MARIA DA PENHA)
9. Injúria com violência ou vias de fato (Art. 140, § 2º do CPB)
10. Violência doméstica e familiar, qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico e dano moral ou patrimonial (Art. 5º da LEI MARIA DA PENHA)
11. Violência moral, qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria (Art. 7º, Inc. V da LEI MARIA DA PENHA)
12. Estupro de vulnerável (< 14 anos) (Art. 217 A - Caput - do CPB)
13. Violência psicológica, qualquer conduta que lhe cause dano emocional, diminuição da autoestima, lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento, vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir e qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação (Art. 7º, Inc. II da LEI MARIA DA PENHA)
14. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência (Art. 24-A da Lei 11.340)
15. Praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro (Art. 215-A)
16. Injúria com violência ou vias de fato (Art. 140, § 2º do CPB)
17. Estupro qualificado (lesão grave, vítima >14 <18 anos (Art. 213, § 1º do CPB)

18. Assédio sexual por superior hierárquico ou ascendente (Art. 216 A - Caput - do CPB)
19. Ameaça (Violência Doméstica) (Art. 147 do CPB)
20. Violação de domicílio - período noturno (Art. 150, § 1º, do CPB)
21. Resistência (Art. 329 - Caput - do CPB)
22. Ato obsceno "caput" (Art. 233 do CPB)
23. Perturbação da tranquilidade (Art. 65 da LCP)
24. Difamação (Art. 139 do CPB)
25. Sequestro e Cárcere privado caput (Art. 148 - Caput - do CPB)
26. Âmbito da unidade doméstica (convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar e as esporadicamente agregadas) (Art. 5º, Inc. I da LEI MARIA DA PENHA).